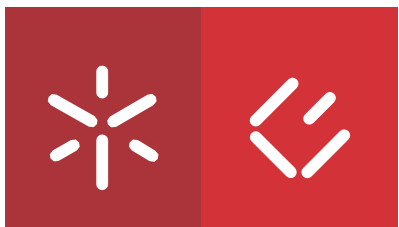


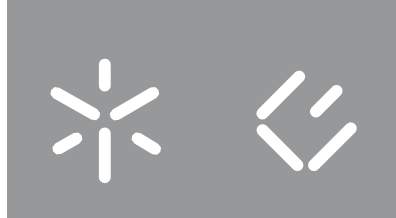


Carlota Moreira Silva

Literacia Financeira e
Endividamento das
Famílias na UE

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão





Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Carlota Moreira Silva

**Literacia Financeira e
Endividamento das Famílias na
UE**

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Economia Monetária, Bancária e
Financeira

Trabalho realizado sob a orientação do
**Professor Doutor Paulo Jorge Reis
Mourão**

**Professora Doutora Maria João
Cabral de Almeida Ribeiro Thompson**

outubro de 2024

Direitos de autor e condições de utilização do trabalho por terceiros

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Agradecimentos

A entrega desta dissertação significa o encerrar de mais um objetivo. Queria agradecer aos meus orientadores, Professor Doutor Paulo Jorge Reis Mourão e Professora Doutora Maria João Cabral de Almeida Ribeiro Thompson, por todo o apoio prestado durante este processo pois sem a sua orientação esta meta não teria sido certamente atingida.

À minha mãe e ao meu irmão, que sempre me deram apoio e incentivaram durante toda a minha vida escolar e académica.

Por último, às minhas amigas e ao meu namorado por nunca deixar desistir, pela constante motivação nesta caminhada e pelo carinho que sempre me dedicaram.

Declaração de integridade

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Literacia Financeira e Endividamento das Famílias na UE

Resumo

A importância dada pelos indivíduos, nos últimos anos, ao conhecimento, atitudes e comportamentos financeiros tem vindo a aumentar. Este aumento fez-se sentir a partir da crise financeira de 2008 que obrigou a mudança nas ideias de poupança e investimento, uma vez que essa responsabilidade foi transferida dos governos e empregadores para os indivíduos. A literacia financeira tornou-se uma competência de extrema importância para a sociedade, isto porque uma decisão tomada por um indivíduo afeta a sua vida e os seus familiares e por sua vez a sociedade onde esta inserido.

O presente estudo investiga a relação entre literacia financeira e endividamento das famílias, em foco nos fatores que influenciam o endividamento das famílias. Numa primeira investigação, o foco era investigar o sobre-endividamento das famílias, entretanto, devido à indisponibilidade de dados, optou-se por utilizar o endividamento como variável de análise. O trabalho explora como a falta de conhecimento financeiro pode contribuir para a contração ou acumular de dívida e a incapacidade de planear e gerir adequadamente o orçamento familiar.

Para isso, foi testada empiricamente a relação entre literacia financeira e endividamento usando uma amostra de 22 países pertencentes à União Europeia, e posteriormente uma amostra de 32 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, para o ano de 2024, ano para o qual existem dados relativos à literacia financeira das nações.

O estudo adota uma abordagem macroeconómica, assim sendo, não foi possível estabelecer uma relação inequívoca entre o endividamento das famílias e a literacia financeira. É importante também ressaltar que, replicar as evidências microeconómicas da literatura num contexto macroeconómico apresenta desafios metodológicos significativos.

Assim sendo, apesar dos resultados empíricos obtidos não irem ao encontro do esperado, o presente trabalho contribui para a literatura académica sobre a relevância da literacia financeira nas decisões de consumo e poupança de todos os indivíduos. Concluímos também, a partir da revisão de literatura, que existe uma relação entre estes dois conceitos, uma relação microeconómica, pois famílias com

maior nível de literacia financeira tendem a fazer escolhas mais conscientes, evitando dívidas excessivas e utilizando produtos financeiros de forma mais eficiente.

Palavras Chave: Literacia Financeira; Endividamento; Inflação; PIB; Desemprego; Taxa de juro.

Financial Literacy and Household Indebtedness in the EU

Abstract

The importance given by individuals in recent years to financial knowledge, attitudes and behavior has been increasing. This increase has been felt since the financial crisis of 2008, which forced a change in ideas about saving and investing, as this responsibility was transferred from governments and employers to individuals. Financial literacy has become an extremely important skill for society, because a decision made by an individual affects their life, their family and, in turn, the society in which they live.

This study investigates the relationship between financial literacy and household indebtedness, focusing on the factors that influence household indebtedness. In a first investigation, the focus was on investigating household over-indebtedness; however, due to the unavailability of data, it was decided to use indebtedness as the analytical variable. The work explores how the lack of financial knowledge can contribute to the contraction or accumulation of debt and the inability to adequately plan and manage the family budget.

To this end, the relationship between financial literacy and indebtedness was empirically tested using a sample of 22 countries belonging to the European Union, and subsequently a sample of 32 countries from the Organization for Economic Cooperation and Development, for the year 2024, the year for which data on the financial literacy of nations is available.

The study takes a macroeconomic approach, so it was not possible to establish an unequivocal relationship between household indebtedness and financial literacy. It is also important to note that replicating microeconomic evidence from the literature in a macroeconomic context presents significant methodological challenges.

Therefore, despite the empirical results not being as expected, this study contributes to the academic literature on the relevance of financial literacy in the consumption and savings decisions of all individuals. We also concluded from the literature review that there is a relationship between these two concepts, a

microeconomic relationship, since families with a higher level of financial literacy tend to make more conscious choices, avoiding excessive debt and using financial products more efficiently.

Keywords: Financial literacy; Indebtedness; Inflation; GDP; Unemployment; Interest rate.

Índice

Direitos de autor e condições de utilização do trabalho por terceiros	ii
Declaração de integridade	iv
Resumo	v
Abstract	vii
Índice de Figuras	xi
Índice de Tabelas	xii
1. Introdução	1
2. Literatura Relevante	2
2.1 Literacia Financeira	2
2.1.1 Conceito de Literacia Financeira	2
2.1.2 Medição/ Mensuração/ Quantificação da Literacia Financeira	7
2.1.3 Importância da Literacia Financeira	11
2.1.4 A Literacia Financeira nos países da UE	12
2.1.5 O que já foi feito em Portugal	14
2.2 Endividamento e Sobre-Endividamento	15
2.2.1 Conceito de Endividamento e Sobre-Endividamento	15
2.2.2 Consequências do Endividamento	17
2.2.3 O Endividamento e Sobre-Endividamento nos países da UE	19
2.2.4 Endividamento em Portugal	20
2.2.5 Meios de informação	22
2.3 Relação entre Literacia Financeira e Endividamento	23
2.4 Estudos empíricos	24
3. Metodologia	26
3.1 Objetivo	26
3.2 Dados	27
3.3 Definição das variáveis	28
3.4 Papel das variáveis no Modelo	30
3.5 Modelo econométrico	33
4. Análise dos resultados	33
4.1 Análise dos dados da amostra	33
4.1.1 Estatística descritiva	33
4.1.2 Correlação linear entre as variáveis	35
4.2 Discussão de resultados	37

4.2.1	Relação entre Literacia Financeira no Endividamento	38
5.	Conclusões.....	46
6.	Referências Bibliográficas.....	50

Índice de Figuras

Figura 1- Níveis de conhecimentos financeiros	13
Figura 2- Endividamento dos particulares em Portugal	21
Figura 3 - Literacia Financeira e o Endividamento dos Particulares na UE, trabalho da autora	37

Índice de Tabelas

Tabela 1- Fonte para Variável, trabalho da autora	27
Tabela 2 - Sinais Esperados das Variáveis Explicativas, trabalho da autora.....	32
Tabela 3 - Estatística Descritiva das Variáveis, trabalho da autora, via R.....	35
Tabela 4 - Correlação linear entre variáveis, trabalho da autora, via R	36
Tabela 5 - Coeficientes das regressões do modelo 1, trabalho da autora, via R	38
Tabela 6 - Tabela com os valores VIF, trabalho da autora, via R	39
Tabela 7 - Coeficientes das regressões do modelo 2, trabalho da autora, via R	40
Tabela 8 - Coeficientes das regressões do modelo 3 e 4, trabalho da autora, via R.....	42
Tabela 9 - Coeficientes das regressões do modelo 5 a 8, trabalho da autora, via R.....	44

1. Introdução

Nos últimos anos, o endividamento das famílias tem sido uma preocupação crescente em muitas economias, principalmente após a crise financeira mundial de 2008. O aumento das taxas de endividamento tem levantado questões sobre a estabilidade financeira das famílias e os seus impactos socioeconómicos. Neste contexto, a literacia financeira emerge como um fator crucial para gerir as finanças pessoais. A capacidade de entender e aplicar conceitos financeiros básicos pode influenciar diretamente as decisões financeiras das famílias, que por sua vez afeta o nível de endividamento.

É considerável o número de estudos que investigam separadamente a literacia financeira e o endividamento das famílias. No entanto, é ainda escassa a literatura sobre a sua relação em países da União Europeia a um nível macroeconómico. O objetivo desta dissertação é analisar a relação entre literacia financeira e endividamento das famílias na União Europeia, comparando os países da UE no ano de 2014. No decorrer da investigação são explorados os fatores que influenciam a literacia financeira e que procuram explicar como a literacia financeira afeta o nível de endividamento. Para alcançar esse objetivo, serão analisados dados de pesquisas a nível europeu, estudos de caso, artigos científicos sobre a literacia financeira e sobre o endividamento das famílias. No entanto ao longo da investigação os resultados não foram os esperados segundo a literatura, assim sendo, foi alargada amostra pra os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

A dissertação está organizada da seguinte forma: A primeira parte apresenta uma revisão de literatura sobre literacia financeira, e a segunda parte sobre o endividamento das famílias. Passa para uma terceira parte onde aborda a relação entre estes dois conceitos e respetivos estudos empíricos que se relacionam com o tema. Por fim, é abordado num tema a metodologia utilizada, a análise de resultados e as respetivas conclusões.

O objetivo associado à investigação é verificar, através de uma análise empírica, se existe alguma relação entre a literacia financeira e o endividamento das famílias

nos países europeus. Para tal, investigar-se-á se existe uma associação significativa entre as variáveis, levando em consideração outros fatores de influência.

A principal pergunta a que esta dissertação se propõe a responder é: Será que o nível de literacia financeira influencia o grau de endividamento das famílias na União Europeia? Comparando os países da UE no ano de 2014, será que quanto maior for a literacia financeira da população de um país, menor é o grau de endividamento das famílias desse país? No entanto ao longo da dissertação surgem outras perguntas como: “Que fatores influenciam a literacia financeira das famílias?”; “Que fatores influenciam o endividamento das famílias?”; “Existem diferenças na relação entre literacia financeira e endividamento entre diferentes grupos demográficos?”.

2. Literatura Relevante

2.1 Literacia Financeira

2.1.1 Conceito de Literacia Financeira

O conceito de literacia financeira tem sido apresentado de formas diferentes ao longo dos anos. No entanto, é importante definir o que se entende pela literacia financeira, pois este conceito estará no centro da análise deste trabalho.

No ano de 1980, foi registada a primeira definição de literacia financeira, por Graham's que mais tarde foi replicada num estudo de Danes e Haberman (2007), que a definiam como “a capacidade de interpretar, comunicar, computar, desenvolver julgamento independente, e tomar ações resultantes desses processos, a fim de prosperar no nosso complexo mundo financeiro”.

Outra definição, sendo esta a mais sucinta e abrangente, foi apresentada por Noctor et al.(1992), citada por Bird (2008), como “a capacidade de um indivíduo elaborar juízos informados e em tomar decisões quanto ao uso e à gestão do dinheiro”.

Mais tarde, surgiram definições mais complexas. Mason e Wilson (2000) definiram literacia financeira como a capacidade de um indivíduo obter, perceber e

avaliar a informação relevante para tomar decisões com consciência relativamente a consequências financeiras possíveis. Vitt e Anderson (2001) caracterizam-na como a capacidade de ler, analisar, gerir e comunicar sobre as condições financeiras pessoais, que influenciam o bem-estar material, incluindo a capacidade de diferenciar as escolhas financeiras, interpretar questões económicas com clareza, planear o futuro e responder com competência, às situações do quotidiano que afetam as decisões financeiras. Já Fox, Bartholomae e Lee (2005) descrevem o conceito de literacia financeira simplesmente como a compreensão e conhecimento de conceitos financeiros.

O Comité de Definição de Literacia descreveu a literacia como “usar informações impressas e escritas para funcionar na sociedade, para atingir os objetivos e para desenvolver o conhecimento e potencial de cada um” (Kirsch et al. 2001), definição essa que também é utilizada pela National Adult Literacy Survey.

No entanto, de acordo com Pisa (2012), a literacia financeira envolve conhecer e entender conceitos e riscos financeiros, além de possuir as habilidades, motivação e confiança para aplicar esse conhecimento de maneira eficaz em diversos contextos financeiros. Pelo que é essencial para tomar decisões financeiras que melhorem o bem-estar económico tanto dos indivíduos, quanto da sociedade, facilitando também a participação ativa na economia.

O interesse pela literacia financeira despertou com o início da crise financeira mundial de 2008, altura em que parece ter sido reconhecida internacionalmente como uma competência essencial para a vida dos indivíduos. O tema tornou-se central pois havia sido enfrentada uma crise e era necessária contenção. Os gastos privados teriam de ser reduzidos, devido ao aumento dos impostos e consequente diminuição do rendimento disponível, corrigindo a banalização do crédito para segunda habitação e o aumento do desemprego. A literacia financeira foi assim reconhecida como importante pelas situações da vida de cada indivíduo e do seu agregado familiar (Santos, 2015).

Deste modo, Gale, Harris e Levine (2012) definiram a literacia financeira como “a capacidade de fazer juízos informados e tomar decisões eficazes relativamente à utilização e gestão do dinheiro e da riqueza”, auxiliando os indivíduos na tomada de decisões adequadas e confiantes sobre as suas questões financeiras - rendimentos e

fontes de rendimento, despesas e poupanças – e utilização inteligente dessas poupanças.

Havendo divergência relativamente à melhor definição de literacia financeira, é consensual para muitos investigadores a identificação das razões pelas quais as pessoas têm, em geral, baixos níveis de literacia financeira. Os argumentos dividem-se em três categorias:

- (i) a falta de educação financeira nas escolas (Anthes 2004; Edwards, Allen e Hayhoe 2007; Emmons 2005; Fox, Bartholomae, e Lee 2005);
- (ii) a desregulamentação bancária e aumento da complexidade da economia global (Anthes 2004; Kozup e Hogarth 2008; Leicht e Fitzgerald 2007); e
- (iii) um marketing agressivo de crédito ao consumo com um elevado nível persuasivo conjugado com uma multiplicação de créditos disponíveis (Anthes 2004; Kozup e Hogarth 2008; Leicht e Fitzgerald 2007).

No entanto, observa-se principalmente que a literacia financeira tem um duplo efeito, na vida de cada indivíduo com literacia financeira e das suas famílias assim como na sociedade. Para Lusardi, Mitchell e Curto (2009), os baixos níveis de literacia financeira advém do nível educacional dos pais, transmitido aos filhos. Ao longo do tempo adquire-se a experiência e a maturidade que aparentam estar inter-relacionadas; o mesmo se verificando com a experiência financeira, que aumenta à medida que a vida passa (Willis, 2008). Deste modo, revela-se crucial a literacia financeira, tal como outras formas de literacia, as quais conduzem a um desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. A literacia financeira parece contribuir para o sucesso pessoal e profissional de um indivíduo, contribuindo também para o bem-estar geral e a evolução social e económica através da tomada de decisões conscientes e informadas sobre assuntos financeiros, melhorando a valência e a qualidade dos serviços financeiros (Banco Mundial, 2009).

A literacia financeira também é fundamental para a prevenção do sobre-endividamento, pois quanto maior o nível de literacia financeira menor será a probabilidade de sobre-endividamento dos indivíduos. De facto, segundo Santos & Abreu (2013), a literacia financeira tem um papel encorajador na prevenção do sobre-endividamento.

No Reino Unido, observa-se que famílias com um menor nível de literacia financeira são mais propensas a atrasos no pagamento do crédito ou fazem um maior esforço no pagamento das duas dívidas, segundo Gathergood & Disney (2011). Estes realizaram um estudo que analisa a relação entre literacia financeira e endividamento, concentrando-se principalmente em indivíduos. Foram utilizados dados de pesquisas realizadas com consumidores no Reino Unido, que incluíam informação como o nível de literacia financeira dos entrevistados, quantidade e tipo e dívida que possuem e características socioeconómicas.

Também McCarthy (2011) escreve que os indivíduos com uma literacia financeira elevada têm menor propensão a sofrer dificuldades financeiras. Este artigo examinou as características comportamentais dos indivíduos, como impulsividade, aversão ao risco e capacidade de planeamento financeiro que influenciam a probabilidade de enfrentarem dificuldades financeiras. McCarthy (2011) explora como essas características contribuem para a vulnerabilidade financeira, independentemente de fatores como rendimento e nível de educação. A metodologia utilizada pelo autor consiste em pesquisas representativas que coletam informação detalhada sobre os comportamentos financeiros que combinados com métodos econométricos investigam a relação entre as variáveis. A análise foi efetuada na Irlanda, no período de 2008/2009, período particularmente relevante pois coincide com a crise financeira global que afetou de maneira significativa a economia irlandesa, exacerbando o nível de endividamento e as dificuldades financeiras de muitas famílias.

Gathergood (2012) procedeu à análise de dados do Reino Unido num período que abrange principalmente o ano de 2006, utilizando informação da Wealth and Assets Survey (WAS) que consiste uma investigação de agregados familiares representativos. Esta pesquisa foi realizada pouco antes da crise financeira de 2008, o que permitiu que Gathergood analisasse o comportamento de endividamento dos consumidores num período de relativa estabilidade económica. O principal objetivo do artigo é perceber como características comportamentais, autocontrolo e literacia financeira, estão associados ao endividamento excessivo dos consumidores. O autor analisa a hipótese de que consumidores com menos autocontrolo são mais propensos a acumular dívidas, especialmente aquelas de alto custo, como dívidas de cartão de crédito e o baixo nível de literacia financeira. O estudo concluiu, da mesma

forma que os anteriores, que a falta de autocontrolo e baixa literacia financeira são fatores que contribuem para o endividamento excessivo.

Verifica-se também que uma má gestão do dinheiro leva a uma maior probabilidade de níveis mais elevados de endividamento. Lea et al., 1995 focaram-se nos determinantes psicológicos da tomada de decisões financeiras, dos consumidores britânicos, num período provável no início da década de 1990. Tendo concluído que os indivíduos com atrasos no pagamento a fornecedores de serviços públicos tinham uma menor probabilidade de possuir contas bancárias ou uma sociedade de crédito imobiliário, para além de mostrarem menor capacidade para gerir o dinheiro do que os restantes pertencentes à amostra. Os resultados obtidos neste estudo sugerem que existem falhas no endividamento evitáveis. Outros estudos como de Elliot, 2005, Kim et al., 2003, Norvilitis et al., 2006, concluíram que parte do sobre-endividamento pode ser atribuída às fracas competências de gestão do próprio dinheiro. Elliot avalia como o desconhecimento dos produtos financeiros, como uso de crédito e má gestão financeira leva ao super-endividamento. Já os segundos autores procuram explicar a relação entre o bem-estar financeiro, comportamentos financeiros, stress financeiro e saúde dos clientes de consultoria de crédito no Estados Unidos da América (EUA). Já os últimos examinaram a relação entre fatores de personalidade, comportamentos individuais em relação ao dinheiro, conhecimento financeiro e o uso de cartão de crédito entre estudantes universitários nos EUA. As competências de gestão do dinheiro são um indicador negativo da propensão para gastar demais e para a preocupação com assuntos financeiros, de acordo com Garðarsdóttir e Dittmar (2012).

Como se pode verificar, não existe uma definição universal e única de literacia financeira. No entanto, é evidente que esta tem vindo a tornar-se cada vez mais abrangente, deixou de ser uma definição que destaca a gestão do dinheiro para também focar as competências nas áreas financeiras em geral e a inclusão de conhecimento são essenciais.

Para o propósito desta investigação, adota-se a definição da OECD (2014, 2017), que identifica a Literacia Financeira como o conhecimento e compreensão de conceitos e riscos financeiros, juntamente com as habilidades, motivações e confiança necessárias para aplicar esse conhecimento de modo a tomar decisões

eficazes em diversos contextos financeiros. Essa definição visa melhorar o bem-estar financeiro dos indivíduos e da sociedade, facilitando a participação na vida económica.

2.1.2 Medição/ Mensuração/ Quantificação da Literacia Financeira

Tal como o conceito de literacia financeira, a sua medição também não tem uma aceitação generalizada, tanto a nível internacional como internacional. Nogueira (2011) refere isso mesmo no seu estudo, é necessário existir uma aceitação generalizada, uma vez que se não existir vão ser utilizados tantos métodos como tantas definições existentes. No entanto, o autor também realça que a medição é difícil pois há diferenças constantes no tamanho da amostra, metodologia usada, recolha de dados, público-alvo, no número de questões e nos conteúdos das questões.

Huston (2010) analisa a literacia existente encontrando os erros/obstáculos dos estudos anteriores de forma a ultrapassá-los. Os entraves salientados pela autora foram: a não existência de uma definição concreta e pelas diferentes interpretações dos instrumentos utilizados para medir a literacia financeira.

O Relatório de Supervisão Comportamental 2010, no Banco de Portugal (2011), elencou que a nível empírico, as maiores dificuldades baseiam-se na identificação e seleção da amostra, a forma de medição da literacia financeira e forma como se obtém a informação adequada. A importância de definir uma estratégia para a literacia financeira ainda é tema de discussão, com foco na criação de um método de avaliação dos resultados ou impacto das ações. Isso permitiria responsabilizar os envolvidos e exigir metas concretas e realistas das entidades promotoras.

O Relatório descreve que, para identificar as necessidades e prioridades em literacia financeira, é fundamental realizar um diagnóstico da sua situação na população. Este aponta que esse diagnóstico pode ser feito com base em inquéritos aos consumidores, reclamações e pedidos de informação, além de indicadores macroeconómicos e financeiros, como endividamento, crédito em incumprimento e poupança das famílias.

Santos & Abreu (2013) analisaram o impacto da literacia financeira e do comportamento financeiro na probabilidade de sobre endividamento, e para isto construíram um índice de literacia financeira. O índice de literacia financeira foi calculado a partir de um inquérito com questões sobre temas como taxa de juros, inflação, ações, hipotecas e diversificação de riscos. Cada resposta correta, num total de cinco perguntas, valia 0,2 pontos, com a pontuação variando entre 0 e 1. O estudo revelou uma média de 0,625, indicando que, em média, os participantes acertaram pouco mais de três questões.

Nicolini, Cude & Chatterjee (2013) investigaram se o país de origem influencia a literacia financeira, criando um índice com base em quatro questões de escolha múltipla sobre investimento, crédito, inflação e gestão de dinheiro. O índice variava de 0 a 4, conforme o número de respostas corretas. Foram analisados quatro países — EUA, Canadá, Reino Unido e Itália — escolhidos por terem dados comparáveis, perguntas similares em pesquisas, e contextos culturais, económicos e financeiros relevantes. Esses critérios foram essenciais para criar uma medida global e padronizada de literacia financeira, garantindo comparabilidade entre os países, apesar de ajustes necessários nos dados para maior confiabilidade.

Lusardi & Mitchell (2011a) fizeram um estudo com base em três questões sobre taxa de juro, inflação e diversificação de risco, que se tornaram uma base amplamente usada em estudos de literacia financeira. Essas perguntas foram aprimoradas ao longo do tempo e, atualmente, é comum incluir esses tópicos ao avaliar a literacia financeira. As questões são: 1) “Suponha que tem 100 € numa conta poupança com uma taxa de juro anual de 2%. Após 5 anos, quanto terá acumulado se não fizer levantamentos? (i) mais de 102 €; (ii) exatamente 102 €; (iii) menos de 102 €; (iv) não sabe; (v) não responde.; 2) Se a taxa de juro anual da sua poupança fosse de 1% e a inflação prevista de 2%, após um ano, poderia comprar (i) mais; (ii) o mesmo; (iii) menos; (iv) não sabe; (v) não responde.; 3) Verdadeiro ou falso: Comprar ações de uma só empresa é mais seguro do que investir o mesmo montante num fundo de ações. (i) verdadeiro; (ii) falso; (iv) não sabe; (v) não responde.”

Em Portugal realizaram-se 4 inquéritos à Literacia Financeira da População Portuguesa. Os inquéritos foram nos anos de 2010: Primeiro inquérito, avaliando o conhecimento sobre conceitos financeiros básicos, como poupança, crédito e

seguros; 2015: Atualização do estudo de 2010, focado nas mudanças nos comportamentos financeiros, especialmente em relação ao endividamento e poupança; 2020: Avaliação da gestão financeira, conhecimento de produtos financeiros e hábitos de poupança e crédito; 2023: Estudo onde é considerado a digitalização dos serviços financeiros, o uso de tecnologias financeiras e o impacto da crise financeira global.

Em mais detalhe, o inquérito de 2015 (2º inquérito), o questionário ampliou-se para 102 perguntas de escolha múltipla, cobrindo três áreas centrais como em 2010, organizadas em cinco temas: inclusão financeira, planeamento do orçamento familiar e poupança, gestão e escolha de produtos financeiros, fontes de informação, e conhecimentos financeiros. Foram realizadas 1.100 entrevistas porta a porta em todo o país, com duração média de 42 minutos. Diferente de 2010, o relatório de 2015 incluiu novas perguntas sobre mercado de capitais e seguros, e *core questions* da International Network on Financial Education (INFE), permitindo comparar Portugal com outros países nesse âmbito.

O 4.º Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa foi realizado no início de 2023, num contexto pós-pandemia e no meio a uma conjuntura económica marcada por uma inflação elevada, a níveis que não se viam em Portugal há três décadas, resultando no aumento das taxas de juro. A realização do inquérito envolveu a preparação do questionário, a definição da amostra e a implementação das entrevistas. O trabalho foi realizado com a colaboração da empresa Eurosondagem – Estudos de Opinião,SA, que conduziu as entrevistas porta-a-porta.

O inquérito integrou, mais uma vez, à semelhança de 2020 e 2015, o exercício de medição dos níveis de literacia financeira dinamizado pela INFE da OCDE. O questionário contou com cerca de 45 perguntas a 1510 entrevistados de forma presencial e porta-a-porta, em grande parte definidas pela OCDE/INFE. As questões basearam-se em traçar o perfil dos entrevistados, abordar o planeamento do orçamento familiar e da poupança, os produtos financeiros possuídos, critérios de escolha e conhecimentos sobre juros, inflação, e risco versus retorno. Foram também incluídas questões sobre atitudes e comportamentos relacionados com finanças digitais e produtos financeiros sustentáveis.

Segundo Klapper, Lusardi & Oudheusden (2015), a *Pesquisa Global de Literacia Financeira da Standard & Poor's Ratings Services* é a mais completa, atual e global forma de medição da literacia financeira. A pesquisa consistiu em entrevistar mais de 150 mil adultos por 148 países, teve o apoio da GFLEC, da GALLUP e do World Bank. Os temas a abordar eram 4, sendo eles a numeracia, composição de juros, inflação e diversificação do risco.

Para ser considerado financeiramente letrado, o indivíduo deveria responder corretamente a pelo menos 3 de 5 questões sobre os quatro conceitos financeiros mencionados (Anexo 1). Os resultados mostraram que apenas 1 em cada 3 pessoas é financeiramente letrada. Em Portugal, apenas 26% da população é financeiramente letrada, um dos valores mais baixos da Europa, em forte contraste com os países do Norte. Noruega, Dinamarca e Suécia lideram a tabela com os maiores níveis de literacia financeira (Anexo 2), enquanto Afeganistão, Albânia e Iémen apresentam as piores percentagens.

Em suma, Klapper, Lusardi & Oudheusden (2015), afirmaram que esta pesquisa deveria ser usada por académicos, governantes e financiadores para identificar áreas de competência e deficiência financeiras, ajudando a desenvolver políticas e programas que melhorem o bem-estar financeiro mundial.

É, por conseguinte, esta a medida de literacia financeira que é usada no presente estudo, razão pela qual o estudo se cinge ao ano de 2014, que é o mais recente ano para o qual a Standard & Poor's tem uma medição de literacia financeira para todos os países. No entanto, é de salientar a escolha desta medida tem implicações, pois o ano de 2014, poderá estar desatualizado frente a mudanças económicas e tecnológicas, limitações na comparabilidade com dados recentes, impacto de eventos posteriores (ex.: crises), e a não inclusão de novos conceitos financeiros.

A relação entre a definição e a medida de literacia financeira, advém da definição da OCDE destacar o conhecimento, habilidades, motivação e confiança para tomar decisões financeiras eficazes, promovendo o bem-estar financeiro e a participação económica. A medida aplicada, a partir da pesquisa dos autores, com base no questionário sobre numeracia, composição de juros, inflação e diversificação do risco, avalia principalmente o conhecimento e as habilidades práticas descritos na

definição. Embora não aborde diretamente a motivação e confiança, a medida está alinhada ao objetivo de identificar competências financeiras essenciais.

2.1.3 Importância da Literacia Financeira

O Banco de Portugal (BdP), tem como principal responsabilidade, nesta área, a supervisão comportamental, a partir de 2008. Mais tarde, foi necessário criar um departamento que atuasse mais especificamente neste tema, portanto em 2011, criou-se o Departamento de Supervisão Comportamental (DSV) que tem como objetivo regular, fiscalizar e sancionar a conduta das instituições financeiras, quando estas comercializam produtos e serviços nos mercados bancários de retalho.

Verifica-se uma assimetria de informação, entre os clientes e as instituições, assim como a informação imperfeita e incompleta nos mercados bancários de retalho, pelo que a intervenção do BdP torna-se essencial. O cumprimento da sua missão é essencial para o equilíbrio entre a procura e oferta dos serviços e produtos financeiros. O BdP, no lado da oferta, tem como objetivo fomentar o comportamento apropriado das entidades supervisionadas, assegurando a clareza das informações e o cumprimento das normas estabelecidas. No lado da procura, o BdP deve garantir que os clientes sejam bem informados, de modo a tomarem decisões financeiras mais acertadas.

“A promoção da literacia financeira é, então, um eixo central da atividade do Banco de Portugal, contribuindo para um dos seus pilares da missão: a promoção da estabilidade do sistema financeiro.” (Oliveira, 2023).

Assim sendo, quando os indivíduos entendem os conceitos financeiros, são menos propensos a tomar decisões impulsivas e mais aptos a fazer escolhas que os beneficiam financeiramente a longo prazo. Portanto, existe uma relação positiva entre a literacia financeira e a utilização responsável do crédito, contribuindo para prevenir o endividamento excessivo das famílias.

Para além disso, a literacia financeira previne fraudes financeiras. Isto porque se as pessoas entenderem os princípios financeiros vão ter menos probabilidade de serem enganadas e mais facilmente vão reconhecer esquemas fraudulentos.

O bem-estar e a qualidade de vida das pessoas também dependem da sua situação financeira, que por sua vez contribui para uma economia saudável.

Segundo, Lusardi & Mitchell (2011b), as pesquisas internacionais revelam que a falta de literacia financeira impede a inclusão e promove a desigualdade, excluindo os mais vulneráveis e ampliando as diferenças entre gerações, níveis de rendimento e qualificações. Isso perpétua desigualdades, limita o acesso ao crédito e oportunidades financeiras, impacta a educação futura e aumenta a vulnerabilidade a golpes financeiros.

Em suma, a relação entre literacia financeira e endividamento pode ser analisada sob diferentes perspetivas. Enquanto é elaborada uma abordagem macroeconómica nesta dissertação, as análises microeconómicas apresentadas na revisão da literatura exploram como o conhecimento e as competências financeiras influenciam decisões individuais de crédito e gestão de dívida. Essas diferentes escalas de análise permitem questionar como fatores como contexto socioeconómico, acesso à educação financeira e comportamentos individuais interligam-se na compreensão do fenómeno do endividamento.

2.1.4 A Literacia Financeira nos países da UE

Foi realizado um inquérito do Eurobarómetro, em março e abril de 2023, que continha questões sobre o conhecimento e comportamento financeiro, de forma a medir a literacia financeira nos países da UE.

Foram efetuadas cinco questões, e cerca de um quarto dos inquiridos responderam corretamente a pelo menos quatro das cinco questões. Metade respondeu apenas duas ou três perguntas corretamente, os restantes (um quarto) afirmaram que as questões eram desafiadoras.

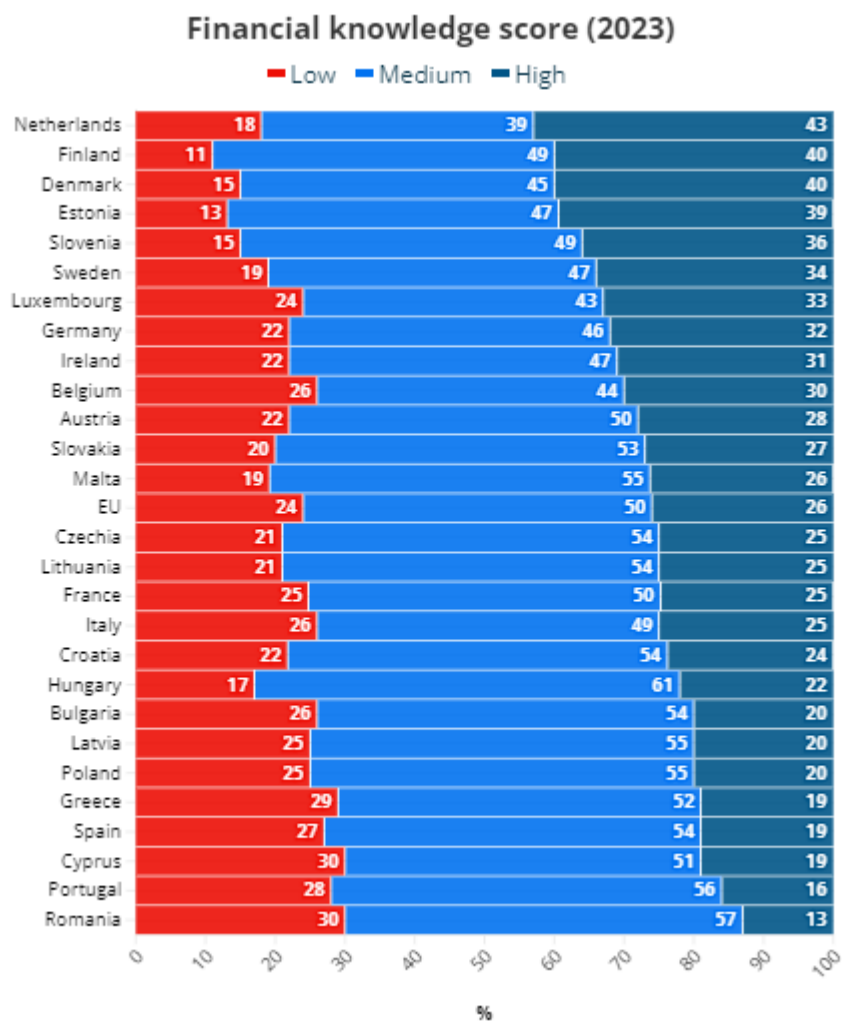


Figura 1- Níveis de conhecimentos financeiros

Fonte: <https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/2953>

Com níveis de conhecimento mais alto, os Países Baixos, foram o que tiveram mais percentagem da população (43%) a responder mais corretamente, seguindo-se a Finlândia e a Dinamarca com 40%. Entre os 30% e os 39% encontram-se 7 países, sendo algum deles a Estónia, Sueca, Luxemburgo e Bélgica.

O nível medio, é o nível modal, ou seja, a população da UE, na sua maioria tem um nível medio de literacia financeira. Sendo a Hungria um dos países com maior percentagem (61%).

Relativamente, ao nível mais baixo, destacam-se com maior percentagem o Chipre, a Roménia, Grécia, Itália e Bélgica. Por outro lado, com menor percentagem a Finlândia, a Estónia, a Dinamarca e Eslovénia.

Em suma, países com melhor desempenho foram a Holanda (43%), Dinamarca (40%), Finlândia (40%) e Estónia (39%) onde cerca de quatro em cada 10 inquiridos apresentam um elevado nível de conhecimento financeiro.

Portugal e a Roménia reportaram as piores pontuações em níveis de conhecimento financeiro em 16% e 13%, respetivamente.

Em comparação com a média da UE, as quatro grandes economias, apenas a Alemanha teve uma pontuação acima, já a França, Itália e Espanha ficaram abaixo.

2.1.5 O que já foi feito em Portugal

No ano de 2008, tomou-se a primeira iniciativa de formação financeira do BdP, a partir do Portal do Cliente Bancário. Este portal consistia em disponibilizar informação sobre as características e riscos dos principais produtos e serviços bancários de retalho. Mais tarde, em 2010 foi realizado a partir do BdP, o 1º inquérito à literacia financeira da população portuguesa.

Após o ano de 2014, dinamizaram-se ações de formação financeiras em todo o país. Em 2022, foram efetuadas 717 ações num total de 23.426 participantes. Na primeira metade de 2023, foram dinamizadas 523 ações, com 17.606 participantes. As ações de formação focam principalmente na gestão do orçamento e na importância da poupança, destacando cada vez mais os serviços bancários digitais.

Com o avançar da tecnologia, os serviços financeiros tornam-se cada vez mais digitais, pelo que é essencial a literacia financeira mais direcionada para o digital. Assim sendo, foram tomadas as primeiras iniciativas neste âmbito, principalmente para os mais jovens. Em 2022, o BdP criou mais campanhas neste sentido, mas dirigidas para o segmento mais adulto.

Mais recentemente, em maio de 2023, foi lançada a Estratégia de Literacia Financeira Digital para Portugal, uma parceria com a OCDE, com o objetivo da sua implementação ser feita até 2028.

Os desafios para o futuro são alargados, e ainda há muito trabalho para realizar, sendo o BdP o principal mecanismo para a melhoria da literacia financeira na população portuguesa.

2.2 Endividamento e Sobre-Endividamento

2.2.1 Conceito de Endividamento e Sobre-Endividamento

De acordo com a teoria do ciclo da vida, ao longo dos anos, as famílias recorrem ao mercado de crédito para alcançarem condições de vida confortáveis. Regra geral, no início da vida, o rendimento aumenta e vai diminuindo no período da reforma, sendo o endividamento um instrumento que permite às famílias suavizar as despesas ao longo dos anos. As famílias jovens esperam que o seu rendimento aumente, pelo que gastam mais do que aquilo que ganham, contraindo assim dívidas que irão sendo pagas ao longo da vida (d'Alessio & Iezzi, 2013).

O conceito de endividamento carece de uma definição formal. Mais especificamente quais os fatores que diferenciam um indivíduo que se encontra endividado de um que se encontra sobre-endividado, salientando que um indivíduo endividado é frequentemente resultado da compra de casa. Dearden, Goode, Whitfield & Cox (2010) fizeram um questionário a indivíduos sobre o que era para eles sobre-endividamento, para desta forma criarem uma possível definição de sobre-endividamento. Maioritariamente as respostas da definição de sobre-endividamento estavam interligadas com a história de dívida de cada pessoa. Contudo, a maior parte dos indivíduos relata que a dívida faz parte do crédito e que por consequência a falta de pagamento desse crédito leva a um sobre-endividamento (Dearden et al., 2010).

Em Portugal, face ao forte crescimento do endividamento das famílias, a resposta reside num ajustamento consciente tanto das famílias como das instituições de crédito, ou seja, do lado da procura e do lado da oferta de crédito. No lado do consumidor (procura), o crescimento do endividamento das famílias portuguesas, advém de, por exemplo, alterações dos padrões culturais; mexidas do rendimento disponível; mudanças no desemprego e nas taxas de juro. Do lado da oferta, uma diminuição da regulamentação do sistema financeiro português e consequente aumento da concorrência no mercado do crédito bancário, provocaram uma aposta por parte das instituições de crédito, tradicionalmente com níveis baixos de endividamento (OEC, 2002), na expansão do segmento do crédito bancário. É

necessário ter em consideração o facto de os agregados familiares poderem ficar demasiado expostos às “subidas das taxas de juro, desemprego e precarização do emprego, dissolução da estrutura económica de suporte do endividamento por divórcio, doença ou morte de um familiar, etc.” (OEC, 2002).

A Comissão Europeia, após a crise financeira mundial de 2008, produziu um relatório para definir o sobre-endividamento. Segundo a instituição, sobre-endividado é uma pessoa ou um agregado familiar que não consegue garantir o suprimento das suas necessidades financeiras, para com os seus credores (European Commission, 2010).

A definição de sobre-endividamento também foi dividida em dois tipos, de acordo com a sua origem: ativo ou passivo. Ativo é quando associado a um estilo de vida consumista, ou seja, tomada de decisões individuais que criam compromissos insustentáveis para o endividado. Passivo, quando as dificuldades financeiras são resultantes de fatores imprevistos e externos ao indivíduo, que eliminam a sua fonte de rendimento e levam ao endividamento. Portanto, um endividamento ativo depende de um estilo de vida insustentável a nível financeiro. Enquanto o endividamento passivo é como consequência de fatores externos, como por exemplo problemas de saúde grave ou uma situação de desemprego imprevista, que provocam uma redução do rendimento para fazer face à dívida (Anderloni & Vandone, 2010).

Segundo estas duas caracterizações, ativa ou passiva, existem fatores internos e externos, respetivamente, que influenciam o sobre-endividamento. Por exemplo, relativamente aos fatores externos, o desemprego provoca uma perda significativa de rendimento, o que coloca o indivíduo em risco de sobre-endividamento. Porém, no relatório da Comissão Europeia é esclarecido que para uma proporção significativa dos sobre endividados que veem reduzido o seu rendimento, na maior parte dos países da União Europeia, o rendimento disponível já era bastante reduzido antes do choque no rendimento. Portanto os problemas associados à acumulação de dívida já existiam antes da perda de rendimento (European Commission, 2010).

Ainda sobre os fatores externos, segundo Schicks (2010), entre as causas do sobre-endividamento temos: (i) o ambiente institucional e legal, sendo que existe

uma relação ambígua, pois tanto pode aumentar o risco como diminuir o risco de sobre-endividamento; (ii) a informação de mercado que está disponível aos consumidores; (iii) as opções informais existentes no mercado de crédito e a capacidade do sistema judicial (Anderloni & Vandone, 2010); (iv) a volatilidade macroeconómica, que também pode precipitar o sobre-endividamento dos clientes das instituições de crédito, portanto um cenário de “choque externo” (Schicks, 2010).

Em termos de fatores internos, para Nofsinger (2012), o sobre-endividamento é consequência do excesso de confiança (fator interno) em situações onde as probabilidades de sucesso não foram devidamente avaliadas, originando um otimismo excessivo. O sobre-endividamento advém deste mesmo otimismo, que mais tarde, a um nível generalizado, desempenha um papel importante nos ciclos de regressão económica. Outro fator interno que influencia o sobre-endividamento das famílias é a imprudência financeira (Disney, Bridges & Gathergood, 2008; Anderloni & Vandone, 2010), ou seja, tomada de decisões financeiras inadequadas devido à má compreensão do custo real do reembolso do empréstimo. Este fator pode estar relacionado tanto com a transparência dos termos e condições dos créditos, como com a (i)literacia financeira.

Em conclusão, um indivíduo endividado ou sobre-endividado é um indivíduo que pode ter procurado melhorar o seu nível de vida, ou seja, pode estar endividado com uma única dívida, como a de uma casa, e é capaz de pagá-la, pelo que isso pode não significar uma dificuldade financeira grave.

2.2.2 Consequências do Endividamento

O endividamento, e em especial, o sobre-endividamento, podem ter profundas consequências nas famílias, afetando não apenas a sua estabilidade financeira, mas também a saúde mental, relações interpessoais e qualidade de vida.

Segundo Worthington (2006), o aumento das dívidas por parte das famílias, provoca uma ameaça ao bem-estar, o que acarreta um sucessivo aumento das dívidas

em incumprimento e pedidos de insolvência ou sobre-endividamento, estes episódios têm sido mais sentidos nos países ocidentais.

Para além disso, esta situação tem muitas consequências para os indivíduos e põe em questão o orçamento das famílias, o que leva a fortes implicações ao nível social e psicológico destes indivíduos, suscitando mais stress financeiro (Worthington, 2006).

Podemos enumerar algumas das consequências:

- Pressão financeira e stress: a dificuldade em lidar com dívidas pode gerar altos níveis de stress e ansiedade, o que afeta o bem-estar psicológico e levar até depressões;
- Impacto nas relações familiares: o sobre-endividamento provoca discussões e tensões familiares e até quebras de confiança entre os familiares;
- Redução de qualidade de vida: as famílias sobre-endividadas podem ser forçadas a cortar gastos essenciais, como alimentação, saúde e educação para fazer face às dívidas, em casos extremos, pode até levar à perda de bens;
- Impacto no bem-estar social: o endividamento pode levar ao isolamento social, à medida que as famílias evitam eventos sociais devido às dificuldades financeiras;
- Comprometimento do futuro financeiro: o acumular de dívidas e a incapacidade de as pagar dificultam o acesso a crédito no futuro e resulta em condições financeiras mais desfavoráveis;
- Implicações legais: o não pagamento de dívidas pode resultar em processos judiciais, penhoras de salários ou de bens, o que traz consequências legais e financeiras de longo prazo;
- Dependência de assistência social: em situações graves de sobre-endividamento, as famílias podem tornar-se dependentes de assistência social, o que pode afetar a sua autonomia financeira e qualidade de vida.

Em suma, o endividamento tem efeitos profundos e muitas vezes devastadores sobre as famílias, impactando desde a saúde mental até a estabilidade

financeira e o futuro dos filhos. A gestão cuidadosa das finanças e a promoção da literacia financeira são essenciais para evitar essas consequências.

2.2.3 O Endividamento e Sobre-Endividamento nos países da UE

Como referido acima, não existe uma definição para o sobre-endividamento. "Acontece (...) que não existe, a nível europeu, uma definição comum do conceito de sobre-endividamento, como também não são conhecidos elementos estatísticos fiáveis que permitam identificar a dimensão da questão nos vários Estados-membros..." (Comité Económico e Social, 2000).

No entanto, o sobre-endividamento é uma preocupação em toda a Europa, pois tem vindo a aumentar em alguns Estados- Membros. Isto se comprova através do relatório do Eurofound, que analisa os serviços de aconselhamento em matéria de dívida e os procedimentos de liquidação da dívida existente na UE e na Noruega.

Segundo o relatório, no ano de 2016, 14% das pessoas (dos 28 países pertencentes à UE) reportaram que não conseguiam pagar as despesas do dia-a-dia devido às rendas das casas ou hipoteca, créditos ao consumo, empréstimos de familiares ou amigos ou faturas dos serviços de utilidade pública ou de telefones. No entanto, se tiver em consideração as pessoas que não têm dívidas em atraso, mas tem dificuldades em que o dinheiro lhes chegue ao fim do mês, esta percentagem acresce para os 21%.

Também se constatou que as pessoas com mais de 65 anos que estão sobre-endividadas, tem mais problemas financeiros e um desequilíbrio na saúde mental.

Para além disto, em muitos países, as redes de apoio e a legislação relacionada ao endividamento são complexas e difíceis de entender. Isso faz com que muitas pessoas endividadas não consigam aceder a ajuda ou mesmo a processos de eliminação de dívida. A organização de apoio geralmente não tem recursos suficientes para atender à procura, como por exemplo, a Bulgária, Croácia, Chipre, Estónia, Itália, Lituânia, Malta, Roménia e a Eslovénia. Porém, é de salientar que de um modo geral, os Estados-Membros têm vindo a criar procedimentos de liquidação da dívida, sendo que existem diferenças entre eles na acessibilidade e soluções propostas.

Como tal, estes procedimentos não devem ser demasiado demorados - nos maiores Estados-Membros estes não duram mais de cinco anos. Os procedimentos consistem em maximizar o rendimento, de modo que a UE toma atitudes para garantir que os países comuniquem entre si, para aprenderem práticas uns dos outros, evitar problemas de acesso e garantir um nível de bem-estar às pessoas sujeitas a tais procedimentos.

2.2.4 Endividamento em Portugal

O endividamento das famílias em Portugal é um tema que tem vindo a ser mais discutido a partir da Covid-19. No caso português, nos últimos anos, várias tendências e fatores tem influenciado, como por exemplo:

- Aumento do crédito ao consumo: o acesso facilitado ao crédito para consumo tem contribuído para o aumento do endividamento das famílias. Estes empréstimos consistem em compra de automóveis, bens duráveis e eletrodomésticos;
- Crédito à habitação: com o aumento do mercado imobiliário, as famílias contraíram empréstimos, e muitos com taxas de juros mais elevadas, devido à elevada procura;
- Taxas de juro: as taxas de juro baixas, resultantes de políticas monetárias do Banco Central Europeu, incentivaram a tomada de crédito. No entanto, há uma tendência para que as taxas de juro aumentem, como aconteceu, e as famílias não tenham capacidade para pagar, e que por sua vez se tornem endividadas;
- Rendimento disponível: apesar do rendimento disponível das famílias ter vindo a aumentar, o custo de vida e a inflação aumentaram mais rapidamente. E, portanto, as famílias dependem do crédito para manter o seu padrão de vida;
- Falta de literacia financeira: como já referido, a falta de literacia financeira contribui para que as famílias tomem decisões financeiras inadequadas, que consecutivamente leva ao endividamento;

- Fatores externos: a pandemia e as guerras tiveram um impacto significativo nas finanças das famílias. Pois muitos perderam empregos ou viram os seus salários reduzidos, o que por sua vez aumenta a dependência do crédito para fazer face às despesas.

O Banco de Portugal, revelou que as famílias portuguesas continuam a contrair mais créditos, sendo que o valor do endividamento dos particulares subiu, estando nos 149.980 milhões de euros em novembro de 2023, isto acarreta elevados juros. No entanto os valores revelam que o nível de dívida contraída pelas famílias tem vindo a estabilizar desde 2023.

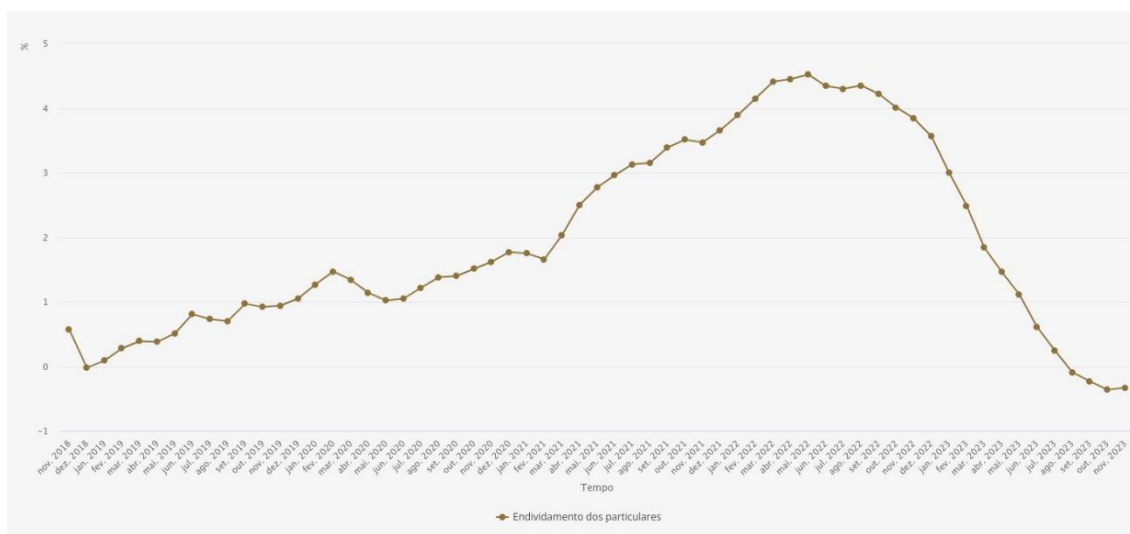


Figura 2- Endividamento dos particulares em Portugal

Fonte: <https://bpstat.bportugal.pt/conteudos/noticias/2054/>

Os empréstimos concedidos às famílias aumentaram durante a crise financeira de 2007/2008, este aumento foi contínuo, até meados de 2010, sendo que o pico foi registado em dezembro desse ano (167.8 milhões de euros). Após este aumento, existiu um decréscimo tendo atingido o valor mais baixo em 2017 (138 milhões de euros).

Atualmente, o cenário é idêntico, o endividamento das famílias começou a aumentar em 2020, provocado pela pandemia, tendo atingido o valor mais alto em 2022, no valor de 150.9 mil milhões de euros. Isso ocorreu num momento em que o poder de compra diminuiu por causa das altas taxas de inflação e os orçamentos das

famílias ficaram mais restritos devido às altas taxas de juros nos empréstimos imobiliários, levando à busca por alternativas financeiras.

É de salientar que o endividamento das famílias tem vindo a estabilizar e até a diminuir, no ano de 2023, em volta dos 150 milhões de euros, sendo este um valor ainda elevado.

2.2.5 Meios de informação

Há escassez de dados relativos ao sobre-endividamento, pois não existe um sistema centralizado de recolha e tratamento de estatísticas regulares e desagregadas, o que limita a investigação neste campo, tanto em Portugal como na UE. Para além disto, e como já referido, não existe um conceito universal para este tema, o que conduz a um maior entrave.

No entanto, existem diferentes fontes de informação para o comportamento financeiro das famílias, sendo eles os: inquéritos; as estatísticas disponibilizadas por instituições financeiras e os registos oficiais dos casos de sobre-endividamento.

- Inquéritos: este tipo de fonte detalha o comportamento financeiro das famílias. No entanto tem uma grande limitação, a dificuldade em comparar dados entre países. Dois exemplos de inquéritos realizados na União Europeia, que apesar das limitações permite comparar, são o Household Budget Surveys (HBS) e o European Community Household Panel (ECHP).
 - *Household Budget Surveys (HBS)*:_é um inquérito realizado nos países da UE, sendo que a informação recolhida é de uma natureza quantitativa, como as despesas das famílias, poupanças e endividamento e a sua distribuição;
 - *European Community Household Panel (ECHP)*: consiste num inquérito que estuda o os agregados familiares e indivíduos dos Estados-Membros. A informação recolhida permite a comparação entre países sobre o endividamento das famílias, sua composição, distribuição e relação com características sócio-económicas.

- *Outros inquéritos:* ainda existem outros inquéritos, a nível nacional, como Inquérito de Conjuntura aos Consumidores e Inquérito ao Património e Endividamento das Famílias.
- Estatísticas disponibilizadas pelas instituições financeiras: As instituições financeiras fornecem dados agregados sobre o endividamento, sem permitir a combinação com informações socioeconómicas das famílias. Os dados incluem valores de dívida, rácio de incumprimento e tipo de crédito. Ficheiros de crédito são essenciais para analisar o comportamento financeiro e avaliar o risco de insolvência, podendo ser negativos (somente devedores inadimplentes) ou positivos (histórico completo). A controvérsia em torno dos ficheiros positivos, devido a preocupações com a privacidade e acesso ao crédito, leva alguns países a utilizarem apenas ficheiros negativos. Em Portugal, o Banco de Portugal e a Credinformações gerem ficheiros de crédito, sendo o primeiro público positivo, e o segundo privado e negativo.
- Registos oficiais dos casos de sobre-endividamento: Nos países com tratamento formal do sobre-endividamento, existem registos oficiais que fornecem informações sobre os casos ao longo das diferentes fases do processo; os dados são provenientes de tribunais ou organismos oficiais que promovem soluções extrajudiciais. No entanto, nem todos os países da União Europeia, como Portugal, Grécia, Espanha e Itália, possuem regulamentação específica para tratar o sobre-endividamento das famílias, o que dificulta a comparação de dados entre países.

2.3 Relação entre Literacia Financeira e Endividamento

Santos & Abreu (2013) afirmaram que uma forma de prevenção do sobre-endividamento é a aposta na literacia financeira.

Portanto pode-se tirar desde já uma pequena conclusão, de que a literacia financeira e o endividamento estão intimamente relacionados, a nível microeconómico, já a nível macroeconómico os estudos são escassos e não se pode afirmar com a mesma certeza. A literacia financeira refere-se ao conhecimento e a habilidades necessárias para tomar decisões financeiras informadas, como gerir

orçamento, poupança, investimento e crédito. Quando as pessoas têm baixa literacia financeira, elas podem não entender completamente as consequências de suas escolhas financeiras.

Essa falta de compreensão pode levar ao sobre-endividamento, que ocorre quando alguém contrai mais dívidas do que aquelas que pode pagar. Sem a capacidade de gerir e prever as implicações de suas decisões financeiras, as pessoas podem acumular dívidas de forma imprudente, acabando por enfrentar dificuldades financeiras graves.

Portanto, melhorar a literacia financeira é uma das principais estratégias para combater o endividamento. Programas de educação financeira podem ajudar as pessoas a entender melhor como gerir suas finanças, planejar para o futuro e evitar armadilhas financeiras. Além disso, políticas públicas que promovam a inclusão financeira e o acesso a informações claras e compreensíveis sobre produtos financeiros também são fundamentais.

Em resumo, a baixa literacia financeira é um fator de risco significativo para o endividamento, pois dificulta a capacidade das pessoas de tomar decisões financeiras saudáveis e evitar dívidas excessivas.

A relação entre literacia financeira e endividamento é complexa, mas essencial para entender como o conhecimento financeiro ou a falta dele pode influenciar a saúde financeira das pessoas e das famílias.

2.4 Estudos empíricos

A literatura académica sobre literacia financeira tem proliferado significativamente, tanto em países onde este tema já é estudado há alguns anos, como também em Portugal. No entanto, os estudos sobre a relação entre literacia financeira e o endividamento das famílias em Portugal são ainda escassos.

Henriques (2010) analisou o nível de literacia financeira da população portuguesa. Numa primeira fase, procurou traçar o perfil da população em relação ao conhecimento dos conceitos financeiros. Também pretendeu conhecer eventuais fatores sociodemográficos influenciadores do nível de literacia financeira em

Portugal, tendo concluído que os fatores influenciadores principais são a idade, sexo, estado civil, habilitações literárias, situação profissional e nível de rendimento. Observou-se que o nível de literacia dos inquiridos era de uma forma geral baixo, sendo que estava ligeiramente sobre-avaliado. Contudo, para os inquiridos, a tomada de decisões financeiras tem bastante importância reconhecendo que os seus conhecimentos na área financeira são escassos.

Lopes (2012) procurou analisar como as instituições de crédito portuguesas são afetadas pela literacia financeira e como realizam a gestão do risco de crédito. Tendo aplicado a análise a duas das principais instituições de crédito portuguesas, o autor concluiu que as instituições analisadas realizam monitorizações do processo de concessão de crédito, não só por meios internos, mas também externos, requerendo progressivamente garantias adicionais.

Gathergood (2012) examinou a relação entre autocontrolo, literacia financeira e sobre-endividamento no crédito ao consumo entre os habitantes no Reino Unido, tendo concluído que “as características comportamentais dos consumidores têm impactos não negligenciáveis na utilização e má utilização do crédito ao consumo, na escolha de produtos de crédito, estando também correlacionadas com choques no rendimento/despesa”, ou seja, a falta de autocontrolo e a literacia financeira estão positivamente relacionados com o incumprimento do crédito ao consumo e com o esforço financeiro excessivo da dívida, sendo que é mais forte a falta de autocontrolo do que a literacia financeira na explicação do sobre-endividamento do consumidor.

French & McKillop (2016) estudaram a importância relativa das componentes da literacia financeira - literacia numérica e as competências de gestão do dinheiro -, na determinação do endividamento dos consumidores e do património líquido das famílias entre os membros de cooperativas de crédito em áreas socialmente desfavorecidas. Concluíram que as competências de gestão do dinheiro são determinantes importantes do comportamento para o endividamento e do património líquido das famílias, sendo que a literacia numérica não tem qualquer papel a desempenhar.

3. Metodologia

3.1 Objetivo

Em conformidade com os estudos analisados, procura-se perceber se há alguma relação entre a literacia financeira e o endividamento das famílias.

A partir da revisão de literatura, conclui-se que o conceito e as formas de medição da literacia financeira não têm uma aceitação generalizada, apesar do esforço feito por instituições nacionais como o Banco de Portugal, e internacionais como a OCDE e FMI. Os conceitos e as respetivas medições são diversificados, não existe uma concordância internacional. Esta análise vai incidir sobre o impacto da literacia financeira no endividamento das famílias, assim sendo incluir as variáveis endividamento e literacia é essencial. Pretende-se responder à questão “Comparando os países da UE no ano de 2014, será que quanto maior for a literacia financeira da população de um país, menor é o grau de endividamento das famílias desse país?”, tendo por hipótese que quanto maior o nível de literacia financeira, menor será o endividamento das famílias.

Para além destas variáveis, o modelo inclui o PIB *per capita*, taxa de desemprego, taxa de inflação e taxa de juro de referência nacional. A escolha destas variáveis justifica-se por serem variáveis macro a nível do país, e que todo o país da UE tende a ter dados sobre estes.

Portanto, o modelo a analisar pretende estimar empiricamente, com base em modelos econométricos, se existe alguma relação entre literacia financeira e endividamento das famílias. Esta análise vai ser efetuada com base nos países da UE, para o ano de 2014, sendo este ano o mais recente ano para a qual a Standard&Poor's calculou o indicador de literacia financeira, e para o qual é considerado o melhor indicador existente. Na secção 3.5. vai ser explorado o modelo em maior detalhe.

No entanto e como reforço da ideia, este estudo adota uma abordagem macroeconómica, contrário à literatura que aborda na sua maioria uma vertente microeconómica, pelo que os resultados podem não ser os esperados.

Assim sendo, o próximo ponto é uma caracterização mais pormenorizada dos dados, na sua forma original.

3.2 Dados

Sendo o objetivo desta dissertação perceber os fatores que explicam o endividamento das famílias, a variável dependente surge na forma da dívida das famílias. As variáveis independentes são variáveis de controlo e macroeconómicas. Os dados vão ser tratados apenas no ano de 2014, visto que os autores Klapper, Lusardi & Oudheusden (2015), remetem para a fixação do período de referência no ano de 2014.

A tabela 1 descreve a origem dos dados utilizados no estudo e o ano observável para cada variável.

Variáveis	Fonte	Ano Observado
DívidPart	OCDE	2014
LitFin	Klapper, Lusardi e Oudheusden (2015)	2014
PIBpc	World Development Indicators	2014
Tx Desemp.	World Development Indicators	2014
Tx Inflação	World Development Indicators	2014
Tx Juro	OCDE	2014

Tabela 1- Fonte para Variável, trabalho da autora

Dos 144 países que fizeram parte do estudo global sobre literacia financeira – S&P Global FinLit Survey, foram escolhidos apenas os 28 países pertencentes à União Europeia, no ano de 2014, para as nossas observações. Como referido, foram escolhidos os países da UE, pois o objetivo é homogeneizar os fatores culturais e históricos dos países.

Como tal, de forma a efetuar uma análise mais completa do modelo, é apresentado de seguida uma explicação de cada variável, uma análise da estatística descritiva da amostra e ainda a matriz de correlação das variáveis explicativas.

3.3 Definição das variáveis

Para o estudo foram selecionadas algumas variáveis, que procuram explicar o sobre-endividamento das famílias. Em seguida, segue-se uma breve definição das variáveis, cuja fontes estão expressas na tabela 2.

Variável Endividamento

Esta variável refere-se às obrigações financeiras das famílias de um país perante terceiros como proporção do rendimento disponível. Este pode ser medido pelo indicador dívida dos particulares. Este é definido, segundo a OCDE, como todos os passivos das famílias (incluindo instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias) que exigem pagamentos de juros ou de capital pelas famílias aos credores em datas fixas no futuro. A dívida é calculada como a soma das seguintes categorias de passivos: empréstimos (principalmente empréstimos hipotecários e crédito ao consumidor) e outras contas a pagar. O indicador é medido como uma percentagem do rendimento líquido disponível da família, a preços correntes. Para este indicador apenas existem dados para 23 países (ficando por analisar Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca e Malta).

Variável Literacia Financeira

Foram utilizados dados constantes de Klapper, Lusardi & Oudleudden (2015), como já referido, não existindo, à data, séries temporais para a variável. De acordo com o relatório, *The Standard & Poor's Ratings Services Global Financial Literacy Survey*, um adulto é considerado financeiramente letrado, se responder

corretamente a 3 de 5 questões, sobre 4 temas financeiros. Assim sendo, o indicador de literacia financeira corresponde à proporção de indivíduos letrados, em cada país. Assim sendo, os dados existentes eram para todos os países da UE, no entanto apenas vão ser analisados 23 devido à variável endividamento.

Variável PIB *per capita*

O PIB consiste na totalidade de todo o valor acrescentado criado na economia, sendo que o valor acrescentado corresponde ao valor dos bens e serviços que foram produzidos, deduzido do valor dos bens e serviços necessários para produzir. Portanto o PIB *per capita* é o PIB dividido pela população. Os dados deste indicador foram retirados do *World Bank Indicators (WDI)*, em dólares americanos a preços atuais, sendo apenas utilizados dados para os 23 países.

Variável Taxa de Desemprego

Segundo WDI, de onde foram retirados os dados da variável, o desemprego é a proporção da força de trabalho que não tem emprego, mas que, no entanto, está à procura, assim sendo identifica um indivíduo que está disponível e apto para trabalhar. A taxa de desemprego representa o número de desempregados por cada 100 indivíduos da população ativa, ou a percentagem de desempregados da população ativa. Continha dados de todos os países da UE, no entanto apenas foram retirados para os 23 países em análise.

Variável Taxa de Inflação

A inflação é o aumento generalizado dos preços dos bens e serviços, esta é calculada em termos de Índice de Preços do Consumidor (IPC) e demonstra a variação sentida nos preços de um cabaz de bens que representem o consumo médio das famílias, que pode ser fixa ou pode alternar-se em intervalos específicos de tempo, como anual. Os dados também foram retirados do *WDI*, apenas para os 23 países.

Variável Taxa de Juro

Selecionamos a variável da taxa de juro de longo prazo, cujos dados foram obtidos na base estatística da OCDE. Esses dados referem-se a títulos públicos com vencimento a dez anos, ou seja, ao preço pelo qual os títulos do governo são negociados nos mercados financeiros, com vencimento em 10 anos. As taxas são

determinadas principalmente pelo preço cobrado pelo financiador, o risco do devedor e a queda do valor do capital. Optamos por esse período de maturidade porque ele reflete a média das oscilações diárias ao longo de um longo período, o que destaca sua estabilidade e suavização natural. Para a variável em questão, os dados disponíveis para os 23 países, não continha informação para apenas a Estónia.

Portanto, dos 28 países pertencentes à UE, no ano de 2014, foram apenas considerados 22 países (Áustria, Bélgica, República Checa, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Noruega, Polónia, Portugal, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Suécia e Reino Unido) devido à falta de informação relativa a uma ou variáveis incluídas no modelo estimado.

3.4 Papel das variáveis no Modelo

Efetuada a descrição das variáveis, em seguida será explicado o seu papel no modelo, bem como as suas denominações no modelo econométrico.

Variável dependente

Endividamento

A variável consiste na dívida das famílias em percentagem do rendimento líquida disponível da família, ou seja, todos os passivos das famílias que exigem pagamentos de juro pelas famílias aos credores em datas fixas no futuro.

Assim sendo, E_j refere o total de dívidas dos particulares, expresso em dólares

e $j = 1, \dots, 22$ pois serão analisados 22 países.

Variáveis independentes

As variáveis explicativas estão enunciadas no ponto anterior, e estas correspondem a:

- F_j , notação adotada para Literacia Financeira no país j ;
- Y_j , notação adotada para PIB per capita no país j ;
- U_j , notação adotada para Taxa de Desemprego no país j ;
- π_j , notação adotada para Taxa de Inflação no país j ;
- R_j , notação adotada para Taxa de Juro no país j ;

Sendo que $j = 1, \dots, 22$.

As variáveis explicativas do modelo:

Literacia Financeira é o valor percentual do número de adultos considerados financeiramente letrados, a relação entre literacia financeira e endividamento é esperada que seja negativa. Segundo Santos & Abreu (2013), uma forma de prevenção do sobre-endividamento é a aposta na literacia financeira. Ou seja, quanto maior a capacidade de entender e utilizar de forma eficaz diversos conceitos financeiros, menor será a probabilidade de endividamento.

PIB *per capita* refere-se ao Rendimento por habitante no ano de 2014, expresso em dólares americanos. Segundo Mika & Zumer (2017), num estudo realizado nos países da UE entre 1995 e 2015, há uma relação negativa entre a dívida do setor privado e o crescimento dos países, ou seja, espera-se que o PIB per capita contribua negativamente para o endividamento.

Taxa de Desemprego representa a proporção da força de trabalho que não tem emprego. Um estudo realizado por Du Caju et al. (2016) revela que o desemprego desencadeia o endividamento. Mais propriamente, o endividamento é uma consequência direta do choque de rendimentos que se segue à perda de emprego. Portanto espera-se que a taxa de desemprego contribua positivamente para o endividamento.

Taxa de Inflação representa a inflação em termos de Índice de Preços no Consumidor (IPC), e espera-se o seu impacto positivo no endividamento, pois segundo Andersson & Pozo (2024) o aumento do custo de vida põe em causa as

economias das famílias, pondo em risco a capacidade de reembolsar os empréstimos e aumentando a probabilidade de se endividarem excessivamente. Concluindo, espera-se que a taxa de inflação contribua positivamente para o endividamento.

Taxa de Juro é apresentada como taxa de juro de longo prazo, e o seu efeito é positivo no impacto da mesma no endividamento. Da mesma forma como na taxa de inflação, o aumento dos custos de capital aumenta a dificuldade por parte das famílias em pagar os seus empréstimos, que por sua vez, aumenta a probabilidade de se endividarem.

Variáveis Explicativas	Fonte	Autores	Sinal Esperado
Literacia Financeira	Klapper, Lusardi e Oudheusden (2015)	Santos & Abreu (2013)	-
PIB <i>per capita</i>	World Development Indicators	Mika, A., & Zumer, T. (2017),	-
Taxa de Desemprego	World Development Indicators	Du Caju, P., Rycx, F., & Tojerow, I. (2016)	+
Taxa de Inflação	World Development Indicators	Andersson, F. & Pozo, B (2024)	+
Taxa de Juro	OCDE	Andersson, F. & Pozo, B (2024)	+

Tabela 2 - Sinais Esperados das Variáveis Explicativas, trabalho da autora

3.5 Modelo econométrico

De forma a analisar o impacto da literacia financeira no endividamento, procedemos à estimação empírica baseada em modelos econométricos que tem a estrutura de dados de secção transversal que consiste num tipo de estrutura de dados que representa um “corte” num determinado ponto no tempo, coletando informação de várias unidades de observação, como indivíduos, empresas, países, ou qualquer outra entidade de interesse, ou seja, o modelo estimado é apenas referente a um período de tempo. No tratamento dos dados, foi utilizado o software R.

Sendo assim, estimamos os modelos de regressão múltipla:

$$E_j = \beta_0 + \beta_1 F_j + \beta_2 Y_j + \beta_3 U_j + \beta_4 \pi_j + \beta_5 R_j$$

tal que $j = 1, \dots, 22$ onde as variáveis assumem as designações acima descritas.

4. Análise dos resultados

Esta secção tem como objetivo principal responder à questão de investigação proposta sobre o impacto da literacia financeira no endividamento das famílias, nos 22 países da UE considerados para a investigação.

4.1 Análise dos dados da amostra

O próximo subcapítulo revela a análise da estatística descritiva dos dados da amostra e a análise da matriz de correlação entre as variáveis explicativas.

4.1.1 Estatística descritiva

Estando definida a origem dos dados a ser utilizados passa-se para a análise descritiva dos mesmos. Para tal a plataforma R *Studio* gerou a Tabela 3. Numa primeira análise, destaca-se que o número de observações é 22, sendo estes os seguintes países: Áustria, Bélgica, República Checa, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Noruega,

Polónia, Portugal, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Suécia e Reino Unido. Em relação à variável dependente, conclui-se que existe uma dispersão na dívida dos particulares entre os países selecionados, provado tanto pelo desvio padrão de 67.33, como pela grande amplitude do intervalo de dados – a média para a dívida dos particulares é de 121.51 (percentagem do rendimento líquida disponível da família) enquanto o mínimo, Lituânia, e o máximo, Dinamarca, são respetivamente, 46.83 e 305.77.

Relativamente às variáveis explicativas, a variável literacia financeira apresenta um valor médio de 53%, ou seja, em média nos países analisados 53% dos adultos são financeiramente letrados, o valor mínimo é de 26% (Portugal) e o valor máximo 71% (Suécia e Dinamarca). Esta discrepância é consideravelmente significativa, podendo conduzir ao reconhecimento de que ainda há muito trabalho a fazer para colmatar esta diferença entre os países, tomando medidas de modo a aumentar o nível de literacia financeira da população.

O PIB *per capita* no ano de 2014 em média estava nos 39 317.1\$ americanos. Como com as variáveis já analisadas esta apresenta um desvio acentuado entre o valor mínimo (14 181.9\$, Polónia) e o valor máximo (123 678.7\$ Luxemburgo), sendo esta diferença de 109 496.8\$. De salientar que o valor máximo pode ser um valor extremo pois a média encontra-se mais próximo do valor mínimo do que o valor máximo.

Já para a variável taxa de desemprego, o valor mínimo é de 5% e o valor máximo é de 26.7%, observados, respetivamente, na Alemanha e na Grécia; o valor médio foi aproximadamente 10.4%.

A taxa de inflação teve uma média reduzida de 0.44%, valor explicado por valores negativos (deflação) nos países: Grécia, Hungria, Portugal Estónia, Espanha e Suécia e valores baixos nos valores mais elevados, o valor mais alto foi de 3.1% na Alemanha.

Por fim, para a taxa de juro de Longo Prazo, no ano de 2014, a média foi de 2.5%. A discrepância entre o valor mínimo e o valor máximo situa-se entre os 1.2% (Alemanha) e 6.9% (Grécia) respetivamente. Pode-se reparar que o valor médio (2.5%) está mais próximo do mínimo do que o valor máximo.

	DívidPart % rend. disponível da família	LitFin % do núm. de adultos considerados financeiramente letrados	PIB pc Dólares (\$)	Tx Desemp %	Tx Infla %	Tx Juro %
Média	121,51	0,5282	39806,3	0,10345	0,004364	0,025041
Mediana	110,21	0,5300	39317,1	0,08850	0,002500	0,022200
Desvio- padrão	67,33	0,1161	24994,3	0,05497	0,008671	0,013658
Mínimo	46,83	0,2600	14181,9	0,05000	-0,013000	0,011600
Máximo	305,77	0,7100	123678,7	0,26700	0,031000	0,069300
Soma	2673,16	11,6200	875738,6	2,27600	0,096000	0,550900
Contagem	22	22	22	22	22	22

Tabela 3 - Estatística Descritiva das Variáveis, trabalho da autora, via R

4.1.2 Correlação linear entre as variáveis

Na tabela infra, Tabela 4, analisa-se a correlação dos dados de forma a perceber se existe correlação nas variáveis, entre os eixos horizontal e vertical. Os coeficientes de correlação variam de -1 a 1, sendo que, quanto mais próximo o coeficiente estiver dos valores extremos, mais forte será a associação linear entre as variáveis, seja negativa ou positiva. Um coeficiente positivo indica uma relação direta, em que o aumento de uma variável está associado ao aumento da outra. Por outro lado, valores negativos indicam uma relação contrária, ou seja, quando uma variável aumenta, a outra tende a diminuir. Para além disso, valores ideais de correlação entre as variáveis explicativas são próximos de zero ou baixos, o que significa que as variáveis explicativas são pouco correlacionadas entre si. Isso ajuda a evitar problemas como a multicolinearidade, que pode distorcer os resultados da regressão. Ou seja, em regra o coeficiente de correlação abaixo de 0.3 e 0.35 (em valor absoluto) geralmente indica baixa correlação e pouca colinearidade.

A matriz mostra que a variável LitFin tem uma correlação positiva com a variável taxa de inflação e PIB per capita, ambas com valores não muito altos, valores medianos que evitam a multicolineariedade. No entanto, as variáveis taxa de desemprego e taxa de juro tem uma correlação negativa, sendo a taxa de juro com valor mais alto, a variável com uma relação mais forte entre as outras, mas com valores medianos mesmo assim. Esta leitura vai ao encontro das conclusões de Santos e Abreu (2013), Worthington (2006) e Banco de Portugal (2011) observam que níveis mais baixos de literacia financeira estariam associados a maior desemprego; e também com a taxa de juro a longo prazo.

As outras variáveis, podemos afirmar de forma genérica, que a correlação é mediana, mas não ideal, pois são todas abaixo de 0.7 mas acima de 0.35. Sendo a variável com uma correlação mais forte 0.67 entre taxa de desemprego e a taxa de juro seguindo-se a taxa de inflação e taxa de juro 0.65.

	LitFin	PIB pc	Tx Desemp	Tx Infla	Tx Juro
LitFin	1.0000000	0.4739585	-0.46674329	0.49366526	-0.5273769
PIB pc		1.0000000	-0.35993344	0.34232208	-0.5323115
Tx Desemp			1.00000000	-0.64907790	0.6669771
Tx Infla				1.00000000	-0.6527223
Tx Juro					1.0000000

Tabela 4 - Correlação linear entre variáveis, trabalho da autora, via R

Dando continuidade à reflexão sobre o endividamento e a literacia financeira, é importante analisar como estes tem uma relação, e como ele se manifestam de forma diferenciada entre os países. Foi elaborado um gráfico (Figura 3) que mostra o as obrigações financeiras das famílias de um país perante terceiros como proporção do rendimento disponível revela que, os países com maior literacia financeira tendem a apresentar índices mais elevados de endividamento. Isso sugere que, embora esses países possuam um público mais informado sobre finanças, a facilidade de acesso ao crédito e as estratégias financeiras mais sofisticadas podem incentivar as pessoas a terem mais dívidas, sem comprometer sua capacidade de pagamento.

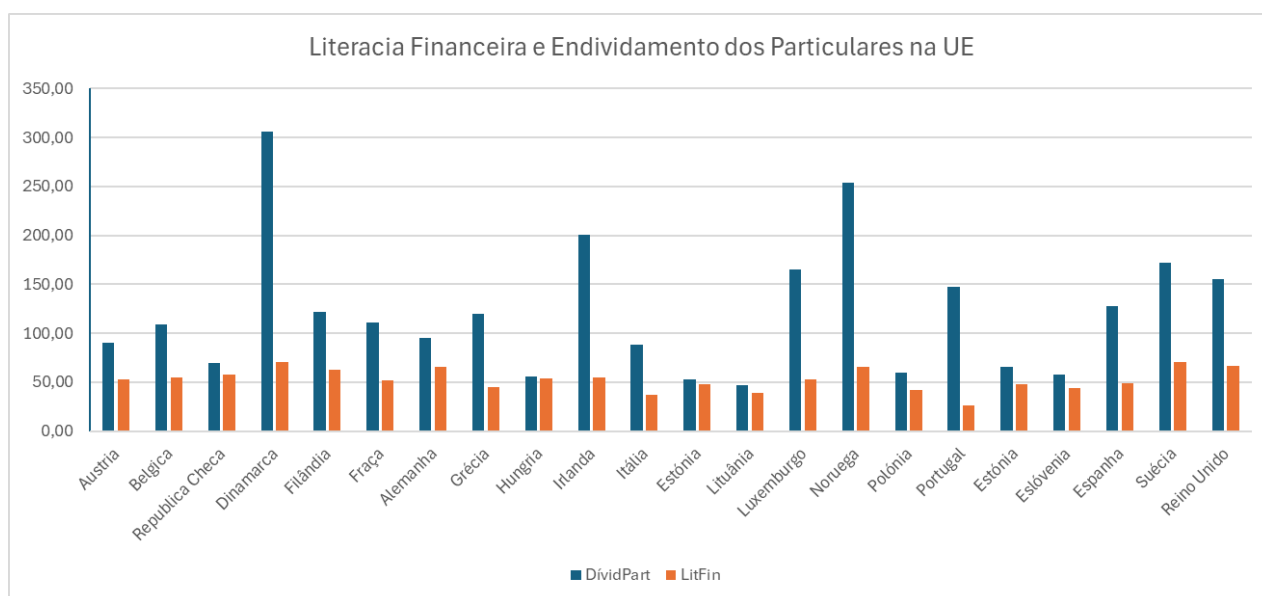


Figura 3 - Literacia Financeira e o Endividamento dos Particulares na UE, trabalho da autora

4.2 Discussão de resultados

A tabela 5 apresenta os resultados da estimação dos modelos. O método utilizado foi o método dos mínimos quadrados ordinários (MQO) para estimar o efeito da literacia financeira no endividamento das famílias. Este método consiste em minimizar a soma dos quadrados dos resíduos, que são as diferenças entre os valores observados da variável dependente e os valores previstos pelo modelo. Ou seja, o MQO encontra a melhor forma de minimizar a distância total entre os pontos de dados observados e os valores previstos pela equação de regressão.

4.2.1 Relação entre Literacia Financeira no Endividamento

Variáveis Independentes	Variável Dependente
	DívidPart
	MQO
LitFin	271.496** (127.324)
PIB pc	0.001** (0.001)
Tx Desemp	295.099 (309.485)
Tx Infla	-1 609.736 (1 954.427)
Tx juro	-437.350 (1 365.836)
Constante	-85.851 (86.740)
Observations	22
R ²	0.52
R ² Ajustado	0.369
Erro Estad. Residual	53.463 (df = 16)
Estatística F	3.461** (df = 5; 16)
Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01	

Tabela 5 - Coeficientes das regressões do modelo 1, trabalho da autora, via R

A investigação teve como objetivo perceber o impacto da literacia financeira no endividamento das famílias. Utilizando como variáveis explicativas a literacia financeira, o PIB pc, taxa de desemprego, taxa de inflação e taxa de juro.

A qualidade do ajuste do modelo foi avaliada através do coeficiente de determinação (R²), que é de 0.52, indica que quase 52% da variação da variável dependente é explicada na regressão. O R² ajustado, que corrige para o número de variáveis explicativas foi de 0.369, que demonstra que o modelo não é

particularmente robusto. Relativamente ao teste F obtivemos $p\text{-value} = 3.461$. Relativamente à variável PIB pc , o aumento de 1 ponto percentual no rendimento leva a um aumento de 0.001% nas obrigações financeiras das famílias ($t = 0.001$).

Os resultados obtidos para a literacia financeira indicam que, para um aumento de 1 ponto percentual nos financeiramente letrados, mantendo as outras constantes, o endividamento varia no valor do coeficiente. Portanto, um aumento de 1 ponto percentual nos indivíduos financeiramente letrados levaria a um aumento 271.496% nas obrigações, sendo este resultado contraditório com a literatura. Em termos de significância individual, e para um nível de significância de 10%, $t = 127.324$, ou seja, pouco significativo. O mesmo acontece com as restantes variáveis, com coeficientes elevados e com o teste t também elevado.

Relativamente às variáveis, taxa de inflação e taxa de juro, estas também apresentaram um resultado contraditório ao esperado na literatura, apresentaram um sinal negativo. O aumento de 1 ponto percentual destas, era esperado que tivessem um efeito positivo no endividamento das famílias, segundo Andersson & Pozo (2024), aumenta a probabilidade de endividamento das famílias se o custo de vida aumentar.

No entanto é de salientar que a taxa de desemprego teve um sinal igual ao esperado na literatura, um aumento de 1 ponto percentual na taxa de desemprego à um aumento de aproximadamente 295% no endividamento das famílias. A literatura, escrita por Du Caju et al. (2016) refere que o desemprego desencadeia o endividamento.

Foi efetuado um teste VIF e verificámos que não existe multicolinearidade no modelo, pois o valor médio do Fator de Inflação da Variância (VIF) foi inferior a 3, e segundo Wooldridge (2013), o valor a partir do qual se considera a existência de problemas de multicolinearidade é $VIF > 10$.

LitFin	PIB pc	Tx Desemp	Tx Infla	Tx juro
1.604657	1.512966	2.126561	2.110251	2.556743

Tabela 6 - Tabela com os valores VIF, trabalho da autora, via R

Neste sentido, e de forma a melhorar os resultados esperados, reduzindo os erros padrão, foi estimado outro modelo, mas com as variáveis explicativas logaritmizadas, e os resultados foram os seguintes:

Variáveis Independentes	Variável Dependente
	DívidPart
	MQO Logaritmizado
Log_LitFin	0.467*** (0.103)
Log_PIB pc	0.150*** (0.028)
Log_Tx Desemp	0.093 (0.063)
Log_Tx Infla	-0.033 (0.020)
Log_Tx juro	0.057 (0.059)
Constante	0.533 (0.394)
Observations	16
R ²	0.90
R ² Ajustado	0.85
Erro Estad. Residual	0.046 (df = 10)
Estatística F	17.952*** (df = 5; 10)
Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01	

Tabela 7 - Coeficientes das regressões do modelo 2, trabalho da autora, via R

Numa primeira análise, verifica-se a partir do R² que a qualidade do ajuste do modelo foi melhorada, o valor foi de 0.8998, portanto a variação de 89,98% do endividamento das famílias pode ser explicada pelas variáveis explicativas. O R² ajustado foi de 0.8496, ou seja, o modelo continua a ser robusto. O teste F a um nível

de significância de 1% possibilitou um p-value de 17.952, isto significa que há uma forte evidência de que o modelo é significativo e que rejeitamos a hipótese nula de que todos os coeficientes das variáveis explicativas são iguais a zero, ou seja, indica que o conjunto de variáveis explicativas no modelo tem um impacto significativo na variável dependente.

Passando para a análise da significância individual dos coeficientes estimados das variáveis, temos a seguinte leitura. De todas as variáveis, a literacia financeira e a taxa de inflação são as variáveis cujos coeficientes estimados são estatisticamente mais significativos, pois erro padrão das variáveis são mais baixos. A literacia financeira tem uma interpretação segundo o modelo do seguinte modo: um aumento de 1% nos indivíduos financeiramente letrados traduz-se num aumento de 0.467% do endividamento das famílias. Resultado esse contraditório ao esperado, pois um aumento da literacia financeira nos indivíduos deveria traduzir-se numa diminuição do endividamento dos respetivos agregados familiares. O mesmo aconteceu com o PIB pc, o modelo estimou um coeficiente com sinal positivo, ou seja, um aumento de 1% no rendimento iria resultar num aumento (0.150%) das obrigações financeiras das famílias. De acordo com Mika & Zumer (2017), há uma relação negativa entre crescimento do país e a dívida do setor privado.

A análise ao coeficiente estimado para a variável taxa de inflação, como no modelo anterior, sugere que um aumento de 1% na taxa de inflação se traduz numa redução de 0.033% do endividamento das famílias, valor esse oposto ao da revisão de literatura. Conforme descrito por Andersson & Pozo (2024), o aumento do custo de vida põe em causa as economias das famílias, ou seja, o esperado era que o aumento de 1% da taxa de inflação se traduzisse num aumento do endividamento das famílias.

Por fim, as variáveis taxas de desemprego e taxa de juro desenvolveram um sinal positivo na estimação dos respetivos coeficientes, sinal esse esperado segundo a literatura. A interpretação dos coeficientes é a seguinte: um aumento de 1% nas taxas de desemprego ou na taxa de juro, resulta num aumento de 0.093% e 0.057%, respetivamente, dos passivos das famílias. Na visão de Du Caju et al. (2016), o desemprego desencadeia o endividamento. Já os autores Andersson & Pozo (2024)

concluíram que a taxa de juro de longo prazo tem um efeito positivo no endividamento, ou seja, um o aumento do custo de vida.

Apesar destes resultados não serem os mais esperados, decidiu-se estimar o modelo com erros estimados robustos, tanto o modelo simples como o logaritmizado, de forma a eliminar a suspeita de heteroscedasticidade e para garantir a robustez das inferências estatísticas. Desta maneira vai-se melhorar a confiabilidade das conclusões tiradas a partir da análise. Os resultados foram os seguintes (Tabela 8):

Variáveis Independentes	Variável Dependente	
	DívidPart	
	MQO Robusto	MQO Logaritmizado Robusto
LitFin	271.496 (185.533)	0.354 (0.692)
PIB pc	0.001** (0.001)	0.771*** (0.147)
Tx Desemp	295.099* (167.218)	0.304 (0.195)
Tx Infla	-1 609.736 (1 335.778)	-0.028 (0.034)
Tx juro	-437.350 (755.459)	0.121 (0.166)
Constante	-85.851 (92.444)	-1.849 (1.941)
Observations	22	16
R ²	0.520	0.90
R ² Ajustado	0.369	0.85
Erro Estad. Residual	53.463 (df = 16) 3.461*** (df = 5;	0.046 (df = 10)
Estatística F	16)	17.952*** (df = 5; 10)
Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01		

Tabela 8 - Coeficientes das regressões do modelo 3 e 4, trabalho da autora, via R

Com a estimação do modelo com erros estimados robustos, era esperado que o modelo fornecesse estimativas de variância para inferência estatística mais confiáveis quando certas suposições clássicas do modelo de regressão linear não são atendidas, como por exemplo a suposição de homocedasticidade. Ou seja, no modelo simples, assume-se que os erros têm variância constante para todas as observações (homocedasticidade). No entanto em muitos casos práticos, essa suposição é violada e a variância dos erros muda entre as observações (heterocedasticidade). O erro estimado robusto corrige a heterocedasticidade ao ajustar os erros padrão de forma que eles reflitam a variabilidade verdadeira dos coeficientes. Portanto, este complemento foi utilizado de forma a melhorar a confiabilidade dos testes estatísticos.

No entanto, apesar do erro estimado para os coeficientes estimados das variáveis independentes terem diminuído, os resultados continuam a não ser os esperados. A literacia financeira é positivamente correlacionada com o endividamento das famílias, ou seja, um aumento nos indivíduos financeiramente letrados, levaria a um aumento nas obrigações das famílias, sendo este resultado contraditório com a literatura.

Mas, ainda no sentido de melhorar ainda mais os resultados e obter uma conclusão mais coesa e para tentar chegar às conclusões da literatura, foi alargada a amostra para os países pertencentes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Fazem parte da Organização 38 países, sendo a maioria deles também pertencentes à UE. Da mesma forma como aconteceu na recolha de dados anterior, algum país desta organização não tinha dados para certas variáveis. Portanto, e com base nisto, foram considerados 32 países (mais 10 que a amostra anterior). Esses países são os seguintes: Alemanha, Austrália, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Suécia, Suíça, Áustria, Letónia e Lituânia.

Variáveis Independentes	Variável Dependente			
	DívidPart			
	MQO Simples	MQO Logaritmizado	MQO Robusto	MQO Logaritmizado Robusto
LitFin	181.440* (101.026)	0.528 (0.986)	181.440 (137.356)	0.528 (1.379)
PIB pc	0.001** (0.001)	0.744*** (0.143)	0.001** (0.001)	0.744*** (0.143)
Tx Desemp	119.722 (270.954)	1.279 (1.919)	119.722 (201.596)	1.279 (1.490)
Tx Infla	-312.066 (1 009.931)	-1.552 (6.428)	-312.066 (672.333)	-1.551 (4.226)
Tx juro	60.674 (891.886)	4.834 (5.826)	60.674 (575.610)	4.834 (3.655)
Constante	-35.078 (65.750)	-3.477** (1.423)	-35.078 (68.673)	-3.477*** (1.139)
Observations	32	32	32	32
R ²	0.452	0.636	0.452	0.636
R ² Ajustado	0.346	0.566	0.346	0.566
Erro Estad. Residual	53.224 (df = 16)	0.330 (df = 26)	53.224 (df = 16)	0.330 (df = 26)
Estatística F	4.287*** (df = 5; 16)	9.073*** (df = 5; 26)	4.287*** (df = 5; 16)	9.073*** (df = 5; 26)

Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Tabela 9 - Coeficientes das regressões do modelo 5 a 8, trabalho da autora, via R

Numa primeira análise verificamos que nestes últimos modelos, apesar de terem mais variáveis, o valor do R² e R² Ajustado são mais baixos, ou seja, a variação da variável dependente é explicada na regressão com um valor mais baixo.

No entanto, para a variável literacia financeira, quando estimados sem a variável ser logaritmizada, o valor dos coeficientes e dos erros padrão são mais baixos. Já a variável PIB *pc* em todos os modelos tem o mesmo valor do coeficiente

(0.001). Para além disso, a variável tem um valor de erro padrão baixo, ou seja, o coeficiente estimado está próximo do verdadeiro valor populacional.

A variável independente da taxa de desemprego manteve o seu sinal positivo, como esperado e confirmado pela revisão de literatura. Já a taxa de inflação manteve uma relação negativa com o endividamento das famílias, por outras palavras, um aumento da taxa de inflação irá ter um efeito negativo nos endividamentos das famílias. Sendo que era esperado, um aumento do custo de vida, provocado pela inflação, aumenta as dificuldades das famílias.

Pelo contrário, a taxa de juro em todos estes modelos passou a ter uma relação positiva com o endividamento das famílias, enquanto nos outros modelos 1 e 3 o sinal do coeficiente era negativo. Desta forma, e conforme a literatura, a taxa de juro de longo prazo tem um efeito positivo no endividamento, ou seja, leva a um aumento do custo de vida e a um aumento provável no endividamento das famílias.

Em suma, e depois de analisado os resultados dos modelos estimados, tanto utilizando erros estimados robustos como aumentando a amostra, o coeficiente associado à literacia financeira não é estatisticamente significativo para explicar o endividamento das famílias. Também é de salientar que os resultados estão influenciados pela falta de dados, ou seja, não foi possível retirar melhores conclusões pois o número de observações era reduzido. Estes resultados refletem que o endividamento das famílias é influenciado por muitas mais variáveis que as analisadas, variáveis essas também macroeconómicas. A literacia financeira pode ter impacto no endividamento, mas de uma forma indireta, de uma forma que não seja tão linear como analisada nestes modelos. A literatura demonstra que existe uma relação entre as variáveis, no entanto numa abordagem microeconómica e o estudo é baseado numa abordagem macroeconómica o que acarreta desafios metodológicos.

Para além disso, existe um fator que tem de ser tido em consideração, as pessoas que tem conhecimentos financeiros, mas não agem de acordo com esse conhecimento. Emoções, comportamentos habituais e pressões sociais podem ter mais peso nas decisões de endividamento do que o seu conhecimento.

Mas apesar de todas estas limitações, estes modelos espelharam claramente, que a literacia financeira da população não influencia em particular o endividamento

das famílias na Europa e nos países pertencentes à OCDE. Mostrando que a política em torno da literacia não tem sido particularmente eficaz, ou seja, é essencial criar outros mecanismos para prevenir o endividamento excessivo das famílias e políticas que incentivem ao aumento da literacia financeira das populações.

5. Conclusões

A presente dissertação teve como principal objetivo investigar mais aprofundadamente o conhecimento existente sobre a literacia financeira, em particular responder à principal questão: Será que um maior nível de literacia financeira contribui para um menor endividamento por parte das famílias? Ou seja, testar a importância que a literacia financeira pode ter no endividamento das famílias.

Para tal, desenvolveu-se uma revisão de literatura completa abordando várias interpretações em torno da mensuração da literacia financeira, ou seja, percebeu-se que são muitos os estudos que envolvem a literacia financeira, no entanto os dados longitudinais são escassos.

A literacia financeira é fundamental para a estabilidade das finanças pessoais. O endividamento das famílias, por sua vez é uma das questões mais preocupantes desde a última crise financeira mundial e pandemia provocada pela Covid 19. Muitos indivíduos após estes eventos sentiram necessidade de reajustar o seu orçamento, as poupanças e os seus gastos. Neste sentido, a capacidade de entender e aplicar conceitos financeiros básicos influencia as decisões financeiras das famílias, ou seja, o nível de endividamento das mesmas.

A partir da revisão de literatura ficou evidente que decisões inadequadas e impulsivas comprometem o bem-estar económico de país, e até de uma comunidade. A falta de conhecimento em finanças pessoais e sobre produtos financeiros complexos impede muitas pessoas de ter acesso a serviços bancários e financeiros, contribuindo para uma exclusão dos mercados financeiros e sociais. O afastamento dos consumidores limita o acesso ao crédito, dificulta o planeamento de poupanças

e investimento, e aumenta a vulnerabilidade a ciclos de endividamento, o que pode, em larga escala, prejudicar a estabilidade económica.

Perante este cenário, a educação financeira emerge como uma ferramenta fundamental, amplamente reconhecida na literatura, para o desenvolvimento de competências financeira que permitam aos indivíduos compreender e utilizar de forma consciente e eficiente os produtos e serviços financeiros disponíveis.

Além disso, ao promover um maior entendimento sobre as dinâmicas do mercado financeiro, a educação financeira contribui para a inclusão financeira, ampliando o acesso a instrumentos de poupança, crédito e investimento, que são essenciais para a construção de riqueza a longo prazo. É importante destacar que, para maximizar os impactos positivos, a literacia financeira deve ser promovida de forma contínua, começando desde a juventude e incorporando-se ao sistema de ensino formal, bom como sendo ampliada para adultos, especialmente em grupos mais vulneráveis. Programas públicos e privados de literacia financeira têm o potencial de não apenas melhorar o bem-estar individual, mas também de fortalecer a resiliência económica de uma economia frente a crises financeiras e oscilações de mercado.

A variável literacia financeira utilizada foi a oriunda da pesquisa de Klapper, Lusardi e Oudheusden (2015), que apesar de ser uma pesquisa bastante abrangente e completa, ainda se torna limitada, pois só tem em consideração o ano de 2014. A análise foi feita nos países da UE, com o objetivo de eliminar fatores culturais e históricos diferenciadores dos países, ou seja, com o objetivo de analisar o impacto da literacia financeira no endividamento em países relativamente homogêneos em termos culturais. Assim sendo, não foi possível construir painéis de dados que permitissem uma análise mais profunda. Para além disso, ainda surgiram dificuldades para encontrar observações para todos os países da UE, levando a que se considerassem apenas 22 países e não 27 países da UE.

A variável que se procurou explicar, o endividamento das famílias, consiste em obrigações financeiras das famílias de um país perante terceiros como proporção do rendimento disponível, que foi medido pelo indicador dívida dos particulares. A dívida das famílias foi calculada como a soma de algumas categorias de passivos. Foi procurado explicar esta variável com 5 variáveis independente, a literacia financeira,

o PIB *per capita*, taxa de desemprego, taxa de inflação e taxa de juro, cujo foi fundamentado pela literatura.

Com a revisão da literatura, era previsto uma relação negativa entre a literacia financeira e o endividamento dos países, supunha-se que o endividamento das famílias diminuísse com o aumento da literacia financeira, segundo alguns autores como Santos & Abreu (2009). De acordo com os resultados obtidos foi possível verificar que a literacia financeira tem um efeito positivo no endividamento das famílias, mesmo estimando o modelo com erros estimados robustos.

Para além desta a variável explicativa, o PIB *pc* também não apresentou o resultado esperado. Era suposto que este tivesse uma relação negativa, segundo Mika & Zumer (2017), a relação é negativa entre o crescimento do país e a dívida do setor privado. A taxa de inflação teve coeficiente estimado com um sinal negativo, ou seja, com o aumento da taxa de inflação diminuiria o endividamento das famílias, o que não corresponde ao expectável por parte da literatura. Estes resultados não foram os desejados e poderão estar influenciados pelo tamanho da amostra, por apenas serem 22 observações.

Já as variáveis, da taxa de desemprego e taxa de juro cumpriram com o resultado esperado na literatura. Ambas com sinal positivo, um aumento da taxa de desemprego ou taxa de juro, resultará num aumento das obrigações das famílias. Segundo o estudo por parte de Du Caju et al. (2016), o desemprego desencadeia o endividamento. Andersson & Pozo (2024) afirmaram que a taxa de juro de longo prazo tem um efeito positivo no endividamento, ou seja, um aumento do custo de vida.

É importante destacar que o objetivo inicial deste estudo era explorar a relação entre o sobre-endividamento das famílias e a literacia financeira. Contudo, devido a limitações de dados e à natureza macroeconómica da análise, foi necessário utilizar o endividamento. Essa escolha metodológica pode ajudar a explicar a ausência de uma relação inequívoca, já que o endividamento total não reflete, necessariamente, o grau de vulnerabilidade financeira das famílias ou os padrões comportamentais frequentemente explorados na literatura microeconómica. Assim, os resultados obtidos reforçam a necessidade de estudos futuros que combinem análises macro e microeconómicas para melhor compreender essas dinâmicas, com

especial atenção para dados que permitam diferenciar entre níveis saudáveis de endividamento e situações de sobre-endividamento.

Para futuras investigações, aconselha-se que seja alargada a amostra para mais países, e um aumento das variáveis explicativas de forma a ter um modelo mais robusto. Por fim, reconhece-se que é importante um maior investimento no aumento da literacia financeira da população portuguesa e mundial, mas também da respetiva eficácia, de modo que a mesma se prove essencial para uma melhoria da economia e do bem-estar da população.

6. Referências Bibliográficas

Anderloni L. & D. Vandone (2010). Risk of over indebtedness and behavioural factors, Dipartimento di Scienze Economiche Aziendali e Statistiche, Università degli Studi di Milano, Working Paper, no.25.

https://www.researchgate.net/publication/46466330_Risk_of_over-indebtedness_and_behavioural_factors

Andersson, F. & Pozo, B (2024). Over-indebtedness in a high inflation and high interest rate landscape. Centre for European Policy Studies.

<https://www.ceps.eu/ceps-publications/over-indebtedness-in-a-high-inflation-and-high-interest-rate-landscape/>

Anthes, W. (2004). Financial Literacy in America: A perfect storm, a perfect opportunity. Journal of Financial Service Professionals, 8 (6), 49-56.

Banco de Portugal (2011), Relatório de Supervisão Comportamental 2010.

<https://clientebancario.bportugal.pt/pt-pt/publicacao/relatorio-de-supervisao-comportamental-2010>

Banco de Portugal. (2024). Endividamento do setor não financeiro: nota de informação estatística de novembro de 2023.

<https://bpstat.bportugal.pt/conteudos/noticias/2054>

Bird, S. (2008). Financial literacy among university students: an Australian case study. School of Accounting and Finance, University of Wollongong.

<http://ro.uow.edu.au/theses/112>

Comité Económico e Social (2000), Relatório de Informação da Secção do Mercado Único, Produção e Consumo, “O sobreendividamento das famílias”.

https://oec.ces.uc.pt/biblioteca/pdf/pdf_estudos_realizados/estudo_parte2%20cap_1.pdf

d'Alessio, G., & Iezzi, S. (2013). Household over-indebtedness: definition and measurement with Italian data. Bank of Italy Occasional Paper, (149).

Danes, S. M., & Haberman, H. (2007). Teen financial knowledge, self-efficacy, and behavior: A gendered view. Journal of Financial Counseling and Planning, 18(2)

Dearden, C., Goode, J., Whitfield, G., & Cox, L. (2010). Credit and debt in low-income families. York : Joseph Rowntree Foundation.

Disney R., S. Bridges, J. & Gathergood (2008), Drivers of Over-Indebtedness, Report to the Department of Business, Enterprise and Regulatory Reform, Center for Policy Evaluation, University of Nottingham.

Du Caju, P., Rycx, F., & Tojerow, I. (2016). Unemployment risk and over-indebtedness. European Central Bank (ECB).

<https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/scpwps/ecbwp1908.en.pdf>

Edwards, R., Allen, M. W., & Hayhoe, C. (2007). Financial Attitudes and Family Communication About Students' Finances: The Role of Sex Differences. (pp. 90-100). *Communication Reports*, 2.

Elliot, A. (2005). Not waving but drowning: Over-indebtedness by misjudgement. London and New York: Centre for the Study on Financial Innovation (CSFI).

Emmons, W. (2005). Consumer-Finance Myths and Other Obstacles to Financial Literacy. *St. Louis University Public Law Review*, 24, (pp. 335-362).

European Commission. (2010). Over-indebtedness: New evidence from the EU-SILC special module (Vol.19).

<http://doi.org/10.1287/mksc.l050.0181>

French, D., & McKillop, D. (2016). Financial literacy and over-indebtedness in low-income households. *International Review of Financial Analysis*, 48, 1-11.

Fox, J., Bartholomae, S., & Lee, J. (2005). Building the case for financial education. *The Journal of Consumer Affairs*, 195-214.

Gale, W. G., Harris, B.H., & Levine, R. (2012). Raising Household Saving: Does Financial Education Work? *Social Security Bulletin*, 72(2); 39-48.

Garðarsdóttir, R. B., & Dittmar, H. (2012). The relationship of materialism to debt and financial well-being: The case of Iceland's perceived prosperity. *Journal of Economic Psychology*, 33(3), 471-481

Gathergood, J & Disney, R. (2011). Financial Literacy and Indebtedness: New Evidence for UK Consumers. Discussion Paper 11/05, University of Nottingham, Centre for Finance, Credit and Macroeconomics (CFCM).

Gathergood, J. (2012). Self-control, financial literacy and consumer over-indebtedness. *Journal of Economic Psychology*, 33(3), 590-602.

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0167487011001735>

Henriques, S.C.M. (2010). Aspectos da literacia financeira dos portugueses: um estudo empírico. (Tese de Mestrado), Universidade de Aveiro.

<https://ria.ua.pt/handle/10773/3736?mode=full>

Huston, S. J. (2010). Measuring financial literacy. *Journal of Consumer Affairs*, 44(2), 296-316.

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x>

Kim, J., Garman, E., & Sorhaindo, B. (2003). Relationships among credit counselling clients' financial well-being, financial behaviours, financial stressor events and health. *Financial Counselling and Planning*, 14(2), 75-87.

Kirsch, I., Yamamoto, K., Norris, N., Rock, D., Jungeblut, A., O'Reilly, P., & Baldi, S. (2001). Technical report and data file user's manual for the 1992, National Adult Literacy Survey (NCES-2001- 457). US Department of Education. Washington, DC: National Center for Education Statistics

Klapper, L., Lusardi, A., & Van Oudheusden, P. (2015). Financial literacy around the world. Standard & Poor's Ratings Services Global Financial Literacy Survey. Washington: Standard & Poor's.

Kozup, J., & Hogarth, J. (2008). Financial Literacy, public policy, and consumers' selfprotection - more questions, fewer answers. *Journal of Consumer Affairs*, 42 (Summer), 127-136.

Lea, S., Webley, P., & Walker, C. (1995). Psychological factors in consumer debt: Money Management, economic socialization, and credit use. *Journal of Economic Psychology*, 16(4), 681-701.

https://www.academia.edu/17541999/Psychological_factors_in_consumer_debt_Money_management_economic_socialization_and_credit_use

Leicht, K., & Fitzgerald, S. (2007). *Postindustrial Peasants: The illusion of middle-class prosperity*. New York: Worth Publishers.

Lopes, P.A.D.O. (2012). A iliteracia financeira como factor de risco para as instituições de crédito portuguesas. (Tese de Mestrado), ISCAL
<https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/2427>

Lusardi, A., Mitchell, O. S., & Curto, V. (2009). Financial literacy among the young: Evidence and implications for consumer policy. In Pension Research Council Working Paper. University of Pennsylvania.

Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2011a). Financial literacy and retirement planning in the United States (No. w17108). National Bureau of Economic Research.

Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2011b). Financial literacy around the world: an overview. *Journal of Pension Economics and Finance*, 10(4):497-508.

Mason, C. L.J. & Wilson, R. M.S.(2000). Conceptualizing Financial Literacy. Business school research series. Paper 2000:7, UK: Loughborough University.

McCarthy, Y. (2011). Behavioural characteristics and financial distress. European Central Bank Working Paper Series No. 1303

Mika, A., & Zumer, T. (2017). Indebtedness in the EU: a drag or a catalyst for growth?. European Central Bank (ECB).
<https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/scpwps/ecb.wp2118.en.pdf>

Nicolini, G., Cude, B. J., & Chatterjee, S. (2013). Financial literacy: A comparative study across four countries. *International Journal of Consumer Studies*, 37(6), 689-705.

Nofsinger, J. (2012). Household behavior and boom/bust cycles. *Journal of Financial Stability*, 8(3), 161-173.

Nogueira, H. M. F. (2011). Nível de literacia financeira dos portugueses: medição através de um índice e principais determinantes (Doctoral dissertation).

- Norvilitis, J. M., Merwin, M., Osberg, T., Roehling, P., Young, P., & Kamas, M. (2006). Personality factors, money attitudes, financial knowledge, and credit-card debt in college students. *Journal of Applied Social Psychology*, 36, 1395–1413
- Observatório do Endividamento dos Consumidores (OEC). (2002). Endividamento e sobreendividamento das famílias: Conceitos e estatísticas para sua avaliação. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- OECD. (2014). "PISA 2012 Results: Students and Money: Financial Literacy Skills for the 21st Century (Volume VI)". PISA, OECD Publishing.
<https://doi.org/10.1787/9789264208094-en>
- OECD. (2017). "PISA 2015 Results (Volume IV): Students' Financial Literacy". PISA, OCDE Publishing. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264270282-en>
- Oliveira, F. (2023). A importância da literacia financeira para uma sociedade equilibrada e inclusiva. *Newsletter Biblioteca.. Banco de Portugal*.
https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/newsletter_out-dez23_e.pdf
- Santos.E., & Abreu, M. (2013). Financial Literacy, Financial Behaviour and Individuals'Over-indebtedness. Lisbon, School of Economics Technical University of Lisbon, School of Economics.
- Santos, A. (2015). Literacia Financeira- O caso dos alunos dos cursos da área financeira da Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE) do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS). (Tese de Mestrado). Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal
- Schicks, J. (2010). Microfinance Over Indebtness: Understanding its drivers and challenging the common myths (No. 10/048). Brussels.
- Vitt, L. A., & Anderson, C. (2001). Personal finance and the rush to competence. Financial literacy in the U.S. Middleburg, VA: Fannie Mae Foundation.
- Willis, L.E. (2008). Against Financial Education. University of Pennsylvania Law School Public Law and Legal Theory Research Paper 08-10.
- Worthington, A. (2006). Debt as a source of financial stress in Australian Households. University of Wollongong.
- Wooldridge, J. (2013). *Introductory Econometrics: A Modern Approach* (5ª edição). South-Western Cengage Learning.

Anexos

Anexo 1

“Na Pesquisa Global de Literacia Financeira da S&P, as questões de literacia financeira que medem os quatro conceitos fundamentais considerados para tomar decisões financeiras – numeracia básica, composição de juros, inflação e diversificação do risco – são as seguintes. (As opções de resposta estão entre os parêntesis retos, com a resposta correta destacada a negrito.)

Diversificação do risco

Suponha que tem algum dinheiro. É mais seguro investir o seu dinheiro num negócio ou num investimento, ou investir em vários negócios ou investimentos? [um negócio ou investimento; **múltiplos negócios ou investimentos**; não sabe; recusou-se a responder]

Inflação

Suponha que, nos próximos 10 anos, os preços das coisas que compra dupliquem. Se o seu rendimento também duplicar, poderá comprar menos do que pode comprar hoje, o mesmo que pode comprar hoje ou mais do que pode comprar hoje? [Menos; **o mesmo**; Mais; não sabe; recusou-se a responder]

Numeracia

Suponha que precisa emprestar 100 dólares americanos. Qual é o valor mais baixo a ser pago: 105 dólares ou 100 dólares mais três por cento? [105 dólares americanos; **100 dólares americanos mais três por cento**; não sabe; recusou-se a responder]

Juros compostos

Suponha que coloca dinheiro no banco por dois anos e o banco concorda em adicionar 15% por ano à sua conta. O banco adicionará mais dinheiro à sua conta no segundo ano do que no primeiro ano ou adicionará a mesma quantidade de dinheiro nos dois anos? [**Mais**; o mesmo; não sabe; recusou-se a responder]

Suponha que tem 100 dólares americanos numa conta poupança e o banco adiciona 10% por ano à conta. Quanto dinheiro teria na conta depois de cinco anos se não removesse dinheiro da conta? [**mais de 150 dólares**; exatamente 150 dólares; menos de 150 dólares; não sabe; recusou-se a responder]”

Anexo 2: Literacia Financeira: Qual a percentagem Economia por Economia. Ano 2014.

País	Adultos que são financeirament e letrados (%)	País	Adultos que são financeirament e letrados (%)	País	Adultos que são financeirament e letrados (%)	País	Adultos que são financeirament e letrados (%)
Noruega	71	Kuwait	44	Costa do Marfim	35	Nigéria	26
Dinamarca	71	Japão	43	Brasil	35	Portugal	26
Suécia	71	Hong Kong SAR, China	43	Chipre	35	Ruanda	26
Israel	68	Polónia	42	Uganda	34	Guatemala	26
Canadá	68	África do Sul	42	Coreia	33	Venezuela	25
Reino Unido	67	Chile	42	Mali	33	Filipinas	25
Holanda	66	Zimbabué	42	Mauritânia	33	Cisjordânia e Gaza	25
Alemanha	66	Turquemenistão	41	Argélia	33	Burundi	24
Austrália	64	Mongólia	41	Jamaica	33	Vietnam	24
Finlândia	63	Zâmbia	40	Burkina Faso	33	Bolívia	24
Nova Zelândia	61	Tanzânia	40	Belize	33	Turquia	24
Singapura	59	Ucrânia	40	Colômbia	32	Índia	24
República Checa	58	Cazaquistão	40	Indonésia	32	Jordânia	24
Estados Unidos	57	Senegal	40	Porto Rico	32	Honduras	23
Suíça	57	Barém	40	Etiópia	32	Roménia	22
Bélgica	55	Lituânia	39	Rep.Demo. Congo	32	Macedónia	21
Irlanda	55	Maurícia	39	México	32	Usbequistão	21
Estónia	54	EmiradosÁrabesUnid os	38	Gana	32	El Salvador	21
Hungria	54	Federação Russa	38	Níger	31	Serra Leoa	21
Butão	54	Quénia	38	Arábia Saudita	31	Sudão	21
Luxemburgo	53	Sérvia	38	República do Congo	31	Irão, Rep. Islâmica	20
Áustria	53	Togo	38	Guiné	30	Kosovo	20
Botsuana	52	Madagáscar	38	Equador	30	Nicarágua	20
Myanmar	52	Camarões	38	Geórgia	30	Bangladesh	19
França	52	Bielorrússia	38	China	28	Rep. Quirguizistão	19
Espanha	49	Benim	37	Argentina	28	Camboja	18
Letônia	48	Itália	37	Perú	28	Nepal	18
Montenegro	48	Taiwan, China	37	Egito, Rep. Árábica	27	Arménia	18
Eslováquia	48	Azerbaijão	36	Tailândia	27	Haiti	18
Grécia	45	Malásia	36	Moldávia	27	Tajiquistão	17
Uruguai	45	Sri Lanka	35	Bósnia e Herzegovina	27	Angola	15
Tunísia	45	República Dominicana	35	Iraque	27	Somália	15
Líbano	44	Costa Rica	35	Namíbia	27	Afeganistão	14
Malta	44	Malawi	35	Panamá	27	Albânia	14
Croácia	44	Gabão	35	Paquistão	26	República Iémen	13
Eslovénia	44	Bulgária	35	Chade	26		